



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

NADJA SIMONE MENEZES NERY DE OLIVEIRA

**POBREZA NO NORDESTE DO BRASIL:  
UM ESTUDO MULTIDIMENSIONAL**

---

Londrina  
2014

NADJA SIMONE MENEZES NERY DE OLIVEIRA

**POBREZA NO NORDESTE DO BRASIL:  
UM ESTUDO MULTIDIMENSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional (PPE), Mestrado, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Solange de Cássia Inforzato de Souza.

Co-orientador: Prof. Dr. Aricieri Devidé Júnior

Londrina  
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

O48p Oliveira, Nadja Simone Menezes Nery de.  
Pobreza no nordeste do Brasil : um estudo multidimensional / Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira. – Londrina, 2014.  
82 f. : il.

Orientador: Solange de Cássia Inforzato de Souza.  
Coorientador: Aricieri Devidé Júnior.  
Dissertação (Mestrado em Economia Regional) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Economia Regional, 2014.  
Inclui bibliografia.

1. Pobreza – Brasil, Nordeste – Teses. 2. Índice de desenvolvimento da família – Teses. 3. Economia regional – Teses. I. Souza, Solange de Cássia Inforzato de. II. Devidé Júnior, Aricieri. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Economia Regional. IV. Título.

CDU 330.35(812/814)

NADJA SIMONE MENEZES NERY DE OLIVEIRA

**POBREZA NO NORDESTE DO BRASIL: UM ESTUDO  
MULTIDIMENSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Regional (PPE), Mestrado, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Solange de Cássia Inforzato  
de Souza.  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Katy Maia  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Gonçalves Pizaia  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 25 de julho de 2014.

Dedico este trabalho ao meu amado  
sobrinho e afilhado, Heitor Rafael Menezes  
Alves.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me conceder a vida e a oportunidade de realizar este trabalho.

À minha mãe, Penha Menezes, que é a base da minha vida, o meu exemplo de força e determinação, e a minha fortaleza na luta pelos meus tantos ideais.

Às minhas irmãs e eternas amigas, Ethyenny Menezes e Diva Menezes, pelo apoio, incentivo e carinho de sempre.

Ao meu amado namorado, Cristian Gómez, por todo o companheirismo, carinho e amor.

Aos meus cunhados, Severo Alves e Ives Holanda, por todo o incentivo e apoio.

À minha família, em especial aos meus tios Boanerges Menezes, Tarcízio Menezes, Salete Menezes e Márcia Almeida, às minhas primas-irmãs Renata Menezes e Amanda Menezes, por sempre se fazerem presentes em minha vida de forma tão especial e singular.

À minha amiga, além das fronteiras da sala de aula, Gabriela Bezerra, pela sincera amizade, companheirismo e incentivo de sempre.

Aos meus orientadores, Solange de Cássia Inforzato de Souza (orientadora) e Aricieri Devidé Júnior (co-orientador), a minha mais profunda gratidão pela dedicação, pelo compromisso com o meu aprendizado, incentivo e contribuições a este trabalho. À professora Solange, agradeço ainda, por toda a orientação recebida nesses anos de trabalho em conjunto, sobretudo pela sua preocupação comigo em todos os sentidos e por sua amizade.

À banca examinadora, professoras Katy Maia e Marcia Pizaia, pelas sugestões e contribuições a esta pesquisa.

A todos os demais professores do PPE/UEL, especialmente a Marcia Gabardo, Renato Sugahara, Sérgio Carvalho, Carlos Ferreira e Adrian Pintos-Payeras por todo conhecimento transmitido em suas aulas.

Aos funcionários do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CESA), especialmente ao Francisco Carlos Navarro (Chico) e do Departamento de Economia.

À CAPES, pelo apoio financeiro, sem o qual, certamente este trabalho não teria condições de ser realizado.

A todos os meus colegas e amigos do PPE/UEL, especialmente Edson Medeiros, Ovídio Barbosa, João Felema, José Tarocco, Vinícius Lima e Rogélio dos Santos .

A todos aqueles, que em minha vida em Londrina, compartilharam suas residências comigo: Vinícius Bastos, Aline Mattos e Ferdnando Inocência na República Babylon Viscaya. Laura Teixeira, Aluana Moraes e Fran Baise na República 'Madrug's'.

Gostaria de agradecer também a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram e apoiaram a elaboração desta dissertação.

Nunca houve no mundo duas opiniões iguais, não mais iguais que dois fios de cabelo ou dois grãos; a qualidade mais universal é a diversidade.

Michel de Montaigne

OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery de. **Pobreza no Nordeste do Brasil: um estudo multidimensional**. 2014. 82 f. Dissertação (Pós-Graduação, Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as evidências da pobreza nordestina brasileira sob a perspectiva multidimensional para os anos de 2003 e 2012, a partir da metodologia adaptada de Barros, Carvalho e Franco (2003) para o cálculo do Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) tendo por base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relativos aos anos de 2003 e 2012. Os resultados revelaram uma sensível diminuição na pobreza multidimensional do Nordeste, cujo indicador sintético de pobreza multidimensional para o período de nove anos, melhorou em 5 pontos percentuais enquanto o mesmo indicador para o Brasil sofreu melhora de 4 pontos percentuais no mesmo intervalo de tempo. Também se observou uma redução na distância do indicador de pobreza multidimensional nacional 0,78 (2012) frente à média nordestina 0,73 (2012), o que significou uma diferença de 5 p.p., essa distância entre os mesmos indicadores era de 6 p.p. no ano de 2003. Outro resultado importante indicou que a taxa de variação da pobreza na região Nordeste em 2012 foi reduzida em 7,35%, ou seja, a média da redução da pobreza nordestina foi de 1,94 pontos percentuais acima da taxa de variação de pobreza no Brasil que, por sua vez, foi reduzida em 5,41% no ano de 2012, quando comparada ao ano de 2003. No que se refere aos resultados para as dimensões do IDF, constatou-se que nos anos de 2003 e 2012 os piores indicadores da pobreza nordestina se concentraram nas dimensões de acesso ao conhecimento e acesso ao trabalho. A dimensão acesso ao conhecimento decresceu em 2,94% no ano de 2012 com relação ao ano de 2003; os índices dos componentes analfabetismo e escolaridade foram os que mais contribuíram com o baixo valor dessa dimensão. A dimensão acesso ao trabalho obteve o segundo menor desempenho com um pequeno aumento de 3,64% no mesmo período; para essa dimensão, o índice do componente remuneração foi o principal responsável pelo baixo desempenho da dimensão tendo reduzido 2 p.p. no período. Comparadas ao Brasil, todas as dimensões da pobreza foram problemáticas para o Nordeste e tiveram seus índices inferiores em relação aos índices das dimensões obtidos pelo Brasil para os dois anos, 2003 e 2012. As dimensões mais significativas para o Nordeste foram as relativas ao desenvolvimento infantil, às condições habitacionais e ao consumo de bens duráveis. Em termos estaduais, Piauí, Pernambuco e Alagoas obtiveram os maiores progressos dos indicadores multidimensionais de pobreza quando confrontados à média nordestina do ano de 2012, com relação ao ano de 2003, enquanto os Estados de Sergipe e do Maranhão apresentaram menores graus de desenvolvimento familiar no período de tempo analisado.

**Palavras-chave:** Pobreza multidimensional. Índice de desenvolvimento das famílias (IDF). Nordeste.

OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery de. **Poverty in Northeast Brazil: a multidimensional study**. 2014. 82 p. Dissertation (Post-Graduation, Masters in Regional Economics) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

### **ABSTRACT**

The present study aims to examine the evidence of the Northeastern Brazilian poverty in the multidimensional perspective for the years 2003 and 2012, based on the adapted methodology from Barros, Carvalho and Franco (2003) for calculating Family Development Index (IDF) based on microdata from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) for the years 2003 and 2012. The results revealed a significant decrease in multidimensional poverty in the Northeast, whose composite indicator of multidimensional poverty for the period of nine years, improved by 5 percentage points while the same indicator for Brazil experienced improvement was of 4 percentage points over the same time interval. A reduction in the distance of the national multidimensional poverty indicator 0.78 (2012) opposite the northeastern average 0.73 (2012), which means that a difference of 5 percentage points was also observed, the distance between the same indicators was 6 percentage points in year 2003. Another important result indicated that the rate of change of poverty in the Northeast in 2012 was reduced by 7.35%, which means that the main reduction in northeastern poverty was 1.94 percentage points above the rate of change poverty in Brazil which, this time, was reduced by 5.41% in 2012 compared to 2003. Regarding the results for the dimensions of the IDF, it was found that in the years 2003 and 2012 the worst indicators of poverty northeastern were focused on dimensions of access to knowledge and access to work. The access to knowledge dimension decreased by 2.94% in 2012 relative to 2003; rates of illiteracy and educational components were the main contributors to the low value of this dimension. The size access to work got the second lowest performance with a small increase of 3.64% in the same period; for this dimension, remuneration component index was the main source of poor performance and reduced size of 2 percentage points in the period. Compared to Brazil, all dimensions of poverty were problematic for the Northeast and had their lower indices in relation to dimensional indices obtained by Brazil for the two years 2003 and 2012. Most significant dimensions to the Northeast were related to child development, the housing and consumer durables conditions. In terms of states, Piauí, Pernambuco and Alagoas have made the most progress on multidimensional poverty indicators when faced with Northeastern middle of the year 2012 in relation to 2003, while the states of Sergipe and Maranhão had lower levels of family development in the specified time frame period.

**Key words:** Multidimensional poverty. Development index of families (IDF). Northeast.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil (1981-2012).....	22
Gráfico 2 – Concentração de renda, em salários mínimos, no Brasil (2010).....	22
Gráfico 3 – Coeficiente de Gini no Brasil (1981 a 2012).....	23
Gráfico 4 – Proporção de pobres: Brasil e regiões (2004-2012).....	25
Gráfico 5 – Número de pessoas pobres e extremamente pobres no Nordeste (1981 - 2012).....	25
Gráfico 6 – Coeficiente de Gini no Nordeste (1981 a 2012).....	26
Gráfico 7 – Indicadores multidimensionais de pobreza no Nordeste, 2003 e 2012.....	72
Gráfico 8 – Índice de desenvolvimento familiar para os Estados do Nordeste, 2003 e 2012.....	74

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil da Extrema Pobreza no Brasil .....	24
Tabela 2 – Indicadores multidimensional da pobreza no Nordeste, 2003 e 2012.....	53
Tabela 3 – Dimensão 1: indicadores dos componentes da dimensão ausência de vulnerabilidade no IDF Nordeste, 2003 e 2012 .....	57
Tabela 4 – Taxa de fecundidade total para as regiões geográficas do Brasil, 2000 e 2010.....	58
Tabela 5 – Taxa de fecundidade total para os estados do Nordeste, 2000 e 2010 .....	59
Tabela 6 – Dimensão 2: indicadores dos componentes da dimensão acesso ao conhecimento no IDF Nordeste, 2003 e 2012.....	62
Tabela 7 – Distribuição de alunos matriculados em IES brasileiras por região em 2003 e 2012 .....	63
Tabela 8 – Dimensão 3: indicadores dos componentes da dimensão acesso ao trabalho no IDF Nordeste, 2003 e 2012 .....	65
Tabela 9 – Dimensão 4: indicadores dos componentes da dimensão disponibilidade de recursos no IDF Nordeste, 2003 e 2012.....	67
Tabela 10 – Dimensão 5: indicadores dos componentes da dimensão desenvolvimento infantil no IDF Nordeste, 2003 e 2012.....	68
Tabela 11 – Dimensão 6: indicadores dos componentes da dimensão condições habitacionais no IDF Nordeste, 2003 e 2012 .....	70
Tabela 12 – Dimensão 7: indicadores dos componentes da dimensão consumo de bens duráveis no IDF Nordeste, 2003 e 2012.....	72
Tabela 13 – Índice de desenvolvimento familiar para os estados do Nordeste, 2003 e 2012.....	73

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Análise de Correspondência Múltipla
ENDEF	Estudo Nacional da Despesa Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF	Índice de Desenvolvimento das Famílias
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IETS	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IMP	Índice Multivariado de Pobreza
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPH	Índice de Pobreza Humana
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PROUNI	Programa Universidade para Todos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 POBREZA NO BRASIL E A TRAJETÓRIA MACROECONÔMICA</b> .....	16
1.1 O CONTEXTO MACROECONÔMICO BRASILEIRO E A PERSISTÊNCIA DA POBREZA NO BRASIL .....	16
1.2 DIFERENÇAS REGIONAIS E POBREZA NO NORDESTE .....	24
<b>2 ASPECTOS CONCEITUAIS E AS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE A POBREZA NO BRASIL E NORDESTE</b> .....	27
2.1 DEFINIÇÕES DA POBREZA .....	27
2.1.1 O Caráter Unidimensional da Pobreza: a Abordagem Monetária .....	29
2.1.2 Linhas de Pobreza.....	31
2.1.3 O Caráter Multidimensional da Pobreza: as Abordagens das Necessidades Básicas e das Capacidades.....	33
2.2 POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA LITERATURA NACIONAL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS .....	36
2.2.1 Pobreza Multidimensional no Nordeste.....	39
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	44
3.1 BASE DE DADOS .....	44
3.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA .....	45
3.2.1 Composição do Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) para a Região Nordeste.....	45
3.2.2 Construção do Indicador Sintético Multidimensional .....	51
<b>4 ANÁLISE DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO NORDESTE</b> .....	52
4.1 ANÁLISE DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO NORDESTE A PARTIR DO INDICADOR DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL PARA OS ANOS DE 2003 E 2012 .....	52
4.2 O DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS DO NORDESTE SEGUNDO AS DIMENSÕES DO IDF.....	55
4.2.1 A Ausência de Vulnerabilidade .....	55
4.2.2 As Dimensões referentes à Educação, ao Trabalho e à Renda.....	61

4.2.3 As Dimensões referentes ao Desenvolvimento Infantil, às Condições Habitacionais e ao Consumo de Bens Duráveis .....	68
<b>CONCLUSÕES</b> .....	75
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	78

## INTRODUÇÃO

A pobreza é um problema que aflinge todos os países do mundo, sobretudo os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, caracterizados pela desigualdade econômica e social. No Brasil, a disparidade de renda e, por conseguinte, a pobreza são históricas, fazem parte do país desde a sua origem, e agravaram-se através de um desenvolvimento econômico concentrador. Tais divergências ocorrem tanto do ponto de vista regional, em que se tem o Nordeste como a região com os piores indicadores de pobreza, quanto entre os indivíduos da sociedade como um todo.

Do ponto de vista conceitual, a literatura econômica apresenta o estudo da pobreza a partir de duas abordagens: a abordagem unidimensional, baseada na insuficiência da renda; e a abordagem multidimensional, que incorpora fatores não relacionados diretamente à renda.

A intensificação dos debates e as críticas quanto ao caráter unidimensional da pobreza deu-se a partir dos trabalhos publicados pelo economista indiano Amartya Kumar Sen. Esses estudos resultaram em um novo juízo a respeito do desenvolvimento, baseado em princípios de equidade e liberdade, que ficou conhecido como a abordagem das capacitações. Segundo essa abordagem, proposta inicialmente por Sen (1983, 1984), pobreza deve ser compreendida como privação de capacitações básicas, isto é, a ausência de oportunidades para realizar alguns níveis mínimos de funcionamentos. Esses funcionamentos vão desde pontos essenciais como, por exemplo, ter acesso a uma boa nutrição e apresentar boa saúde, até questões bem mais complexas quanto ser feliz, possuir respeito próprio e ter vida social. Nesse sentido, essas capacitações representam a liberdade de um indivíduo em realizar combinações alternativas de funcionamentos.

Neste trabalho, a pobreza é entendida com um fenômeno multidimensional, sem desprezar a importância da insuficiência de renda para a sua definição, visto que a renda é um dos meios necessários de acesso e manutenção do bem-estar. Os recursos monetários são importantes para a definição da pobreza, pois é o acesso a esses recursos que tornará possível a aquisição de produtos e serviços que também são contabilizados no bem-estar individual, assim como também o são os outros fatores não monetários.

No Brasil, os estudos empíricos sobre o tema evoluíram nas últimas décadas, tanto no que se referem ao caráter unidimensional vistos em Rocha (1992, 1998, 2003); Barros e Mendonça (1995b); Barros, Henriques e Mendonça (2001), quanto aos que avançam na perspectiva multidimensional, como em Barros, Carvalho e Franco (2003); Lopes, Macedo e Machado (2005); Kageyama e Hoffmann (2006); Silva e Barros (2006); Bangolin e Ávila

(2006); Neder (2008); Diniz e Diniz (2009); Albuquerque (2011).

Na esfera regional nordestina, outras obras podem ser citadas: Silva (2009); Caldas e Sampaio (2012); Barroso, Salvato e Matias (2012); Alencar (2012); Araújo, Tabosa e Morais (2013); Ottonelli (2013); Quintela, Alves e Silva (2013); Barros (2014). Apesar da atenção dada mais recentemente à região Nordeste do Brasil, ainda permanecem mais escassos os trabalhos que debatem a pobreza sob o caráter multidimensional nessa região, mesmo sendo esse um tema de extrema importância na definição de políticas públicas em todas as esferas governamentais.

A presente pesquisa busca desenvolver uma análise da evidência da pobreza na região do Nordeste brasileira por meio de indicadores multidimensionais, tendo como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos 2003 e 2012. Para isso, calculou-se o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) proposto por Barros, Carvalho e Franco (2003) e adaptado para sete dimensões: ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil, condições habitacionais e consumo de bens duráveis.

Desse modo, através dos resultados obtidos nesta pesquisa pretende-se mostrar que o problema da pobreza não se limita ao enfoque exclusivamente monetário, uma vez que ao se utilizar o IDF (Índice de Desenvolvimento das Famílias) para o Nordeste do país é possível avaliar diferentes carências e o nível de atendimento dos direitos fundamentais das pessoas, além da escassez de renda, pelas quais passam os indivíduos nessa região.

Este estudo se justifica devido ao fato de que quando comparada às demais regiões geográficas do Brasil, a região Nordeste se encontra em pior situação, pela carência de estudos que abordam a pobreza nordestina sob a análise multidimensional, bem como o uso da metodologia utilizada no presente estudo.

Além desta introdução, o presente estudo divide-se em mais quatro capítulos. No capítulo 1, faz-se uma análise da pobreza no Brasil e sua persistência diante da trajetória macroeconômica para as décadas de 1980, 1990 e 2000. No capítulo 2, discute-se os aspectos conceituais e a literatura econômica empírica sobre a pobreza no Brasil e no Nordeste. No terceiro capítulo, é apresentada a metodologia para o cálculo do Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF). As análises sobre a pobreza multidimensional nordestina são realizadas no capítulo 4. Ao final, as conclusões deste estudo são apresentadas.

## 1 POBREZA NO BRASIL E A TRAJETÓRIA MACROECONÔMICA

Este capítulo tem por objetivo analisar a pobreza no Brasil e sua persistência diante da trajetória macroeconômica para as décadas de 1980, 1990 e 2000. Para tanto, apresentam-se os estudos realizados para esse período que focam a análise da pobreza dentro do cenário macroeconômico brasileiro para as respectivas décadas, sob a ótica da insuficiência da renda.

### 1.1 O CONTEXTO MACROECONÔMICO BRASILEIRO E A PERSISTÊNCIA DA POBREZA NO BRASIL

A década de 1980 foi marcada por políticas de combate aos desequilíbrios externos, (*déficits* no balanço de pagamentos) e internos (aceleração inflacionária) que se deveram aos ciclos macroeconômicos de curto prazo. O baixo crescimento econômico e a elevação das desigualdades sociais contribuíram para a incidência da pobreza. Rocha (1992) divide esses ciclos enfrentados pela economia brasileira em três fases: a primeira fase compreende o período de 1981 a 1983, no qual o Brasil enfrentou uma recessão que fez aumentar os indicadores de pobreza principalmente nas áreas urbanas e metropolitanas do país.

Na segunda fase, entre o período de 1984 a 1985, houve uma recuperação na economia impulsionada pela elevação das exportações, o que fez com que a pobreza se tornasse nacionalmente equilibrada, com exceção da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro que nesse período sustentou um percurso de empobrecimento. E, por fim, a terceira fase contempla o período a partir de 1986, no qual foi possível observar que os indicadores de pobreza acompanharam os movimentos inflacionários. Houve uma forte redução da pobreza em todo país no ano de 1986, em decorrência do Plano de Estabilização Cruzado. Fundamentalmente, o Plano Cruzado consistiu em medidas de estabilização monetária de congelamento de preços e políticas de abono salarial com reajustes acima da inflação. Essa última medida concedeu maiores ganhos para as famílias situadas na base da distribuição de renda.

No entanto, a redução da pobreza em 1986 foi mais observada nas metrópoles do Centro-Sul do país em comparação as regiões Norte e Nordeste, regiões essas que sofreram mais na questão de abastecimento, em razão do próprio congelamento de preço. De início, com a implementação do Plano Cruzado a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza

no Brasil caiu de 35% para 23,7%. Posteriormente, dado um novo ciclo de aceleração inflacionária a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza<sup>1</sup> aumentou para 30%.

Rocha (1998) analisa 23 áreas contendo metrópoles, áreas urbanas e rurais de todas as regiões brasileiras com base nos dados da PNAD para o período de 1981 - 1995 e encontra evidências que a relação da participação populacional e a participação da incidência de pobreza apresentou um enfoque cada vez mais regional, no que corresponde as regiões Norte e Nordeste contra as regiões Centro-Sul, do que no aspecto rural contra urbano. Entretanto, segundo a autora, a pobreza em termos de privações de direito, características de emprego e de domicílios, foi percebida de maneira mais intensa em lugares onde a pobreza se apresenta proporcionalmente menor.

Outro resultado aponta que, entre as regiões, o padrão de desigualdade da incidência de pobreza pouco se modificou no período e ao longo do mesmo a pobreza adotou um caráter, sobretudo urbano do que rural, isso ocorreu mesmo com processo de migração do país desacelerado. Segundo a autora, essa realidade se deveu principalmente a reestruturação da indústria e ao implemento da política de renda que garantiu aos idosos do país, uma renda mensal vitalícia no valor de um salário mínimo. Essa última medida teve maior impacto nas regiões rurais do país, onde o custo de vida é relativamente baixo.

Barros, Henriques e Mendonça (2001) observam que o grau de pobreza alcançou valores máximos no início da década de 1980, em que a proporção de pobres ultrapassou os 50% da população nos anos de 1983 e 1984. Combinações entre as flutuações macroeconômicas e o crescimento populacional fizeram o número de pobres no país alcançar os 64 milhões na crise de 1983 e menos de 38 milhões em 1986. O final da década 80 foi marcada por uma aceleração do montante de pessoas pobres.

Barros e Mendonça (1995b) argumentam que as elevações dos indicadores de pobreza na década perdida derivaram principalmente de dois fatores: o comportamento da taxa média de crescimento econômico anual, que crescia a taxas decrescentes na ordem de -1,5% a.a; e pelo aumento do nível de concentração de renda, que no período alcançou a 63% da renda nacional apropriada pelos 20% mais ricos. A parcela da renda destinada à população pertencente ao grupo dos 50% mais pobres diminuiu de 14% para 12%. Nesse sentido, as classes mais pobres da sociedade brasileira, ainda mais pela presença de menores níveis de

---

<sup>1</sup> Em geral, linha de extrema pobreza diz respeito ao valor mínimo necessário para adquirir uma cesta alimentar nutricionalmente adequada em determinado momento e lugar. A linha de pobreza, além de incluir o valor dessa cesta alimentar, também inclui o valor mínimo necessário para satisfazer demais necessidades elementares, como habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer etc.

escolaridade nesse segmento, foram as que sentiram com maior intensidade os efeitos dos aumentos dos indicadores de desigualdade no Brasil no período (BARROS & MENDONÇA, 1995a; BARROS, MACHADO & MENDONÇA, 1997).

A tendência na elevação dos gastos sociais em toda América Latina nos anos 90 abriu espaço para um padrão novo de crescimento econômico nessas nações, partindo da lógica de que a pobreza não se reduz tão somente via crescimento econômico, esse sim é condição necessária, pois segundo Gafar (1998), com crescimento econômico se torna possível elevar o nível de emprego, o padrão de vida e os salários reais. Mas, por si só não é o crescimento econômico condição suficiente. Mesmo com um aumento no PIB *per capita*, se o padrão desse crescimento for urbano-viesado, capital intensivo e centralizador do emprego nos postos qualificados, a pobreza poderá vir a crescer.

Pochmann (1999) observa que além das medidas tomadas pelo governo brasileiro para alcançar a estabilidade monetária por meio do Plano Real em meados da década de 90, ainda foram adotadas políticas de distribuição de renda, as quais começaram a ter efeitos entre o período de 1994 a 1998, quando ocorreu crescimento de 17,4% nos rendimentos dos mais pobres e de 15,4% nos rendimentos dos mais ricos.

Rocha (2003) apresenta uma síntese acerca do comportamento dos índices de pobreza no Brasil para a década de 1990. A proporção de pessoas pobres, de acordo com os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), reduziu de 44% no ano de 1992 para 34% em 1999 em todo o país. Também se observou uma diminuição na razão do hiato de pobreza<sup>2</sup>, indicando que a pobreza além de reduzir de dimensão, ainda se reduziu em intensidade. E, além disso, a proporção de pobres no país se manteve estável em um nível perto dos 34% a partir de meados dessa década. Os resultados apresentados para as áreas rurais em relação às áreas urbanas foram melhores, uma vez que houve uma piora na proporção de pobres nessas últimas regiões. Conforme a autora, isso ocorreu em razão da reestruturação da matriz produtiva, principalmente a industrial, devido à abertura comercial, o que forçou a indústria nacional a melhor se adaptar ao padrão tecnológico externo.

A autora divide essa década em três períodos: o período de crise (1990-1993), o período de implantação do Plano Real (1993-1995), e o período que se consolida a estabilização (1995-1999).

No período compreendido entre 1990-1993 a proporção da população brasileira abaixo da linha de pobreza se manteve estável. No entanto, houve uma mudança na composição da

---

<sup>2</sup> Informa a intensidade da pobreza, ou seja, o desvio médio da renda dos pobres em relação ao valor de referência dado pela linha de pobreza.

pobreza, que consistiu em uma elevação nas regiões metropolitanas e redução nas regiões rurais originada pelo crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) agrícola nesse período. A diminuição da pobreza rural foi mais intensa nas regiões Sul e Sudeste em decorrência de uma maior modernização agrícola, bem como pelo deslocamento da população pobre rural dessas regiões para as cidades ou pela realocação desse contingente populacional dessas regiões em atividades não agrícolas no próprio meio rural. Com relação à elevação da pobreza nesse período, essa foi maior na região metropolitana do Estado de São Paulo em decorrência do processo de reestruturação industrial que marcou esse período. Já em relação à região do Nordeste não ocorreram modificações que pudessem ser consideradas relevantes nos índices de bem-estar, visto que se observava uma baixa integração dessa região com o mercado nacional.

Foi no período de 1993-1995 que houve a estabilização monetária e econômica do país com a implantação do Plano Real. Essa estabilização contribuiu fortemente para a redução na proporção de pobres do país e para uma melhora em favor dos rendimentos do extrato pertencente à base da distribuição de renda. Como aponta a autora, essa redução da pobreza se deveu a três razões. A primeira consistiu num comportamento mais estável na dinâmica dos preços dos alimentos, a chamada “âncora verde”, pois são os alimentos os bens mais relevantes no orçamento das famílias mais pobres. A segunda razão se deveu ao aumento dos bens *non-tradeables*, isto é, bens não comercializáveis com o exterior, os quais não podem ser importados e assim não sofrem com a concorrência externa. Como os bens *non-tradeables* são relacionados aos setores comerciais e de prestação de serviços responsáveis por empregar maior parte da mão de obra com menor renda no país, com a elevação dos preços dos bens desse setor passaram a perceber maiores rendimentos reais. A terceira razão se deveu ao aumento do salário mínimo em 42% no ano de 1995, o que colaborou positivamente para os benefícios assistenciais e previdenciários.

Com respeito aos impactos regionais gerados pelo processo de estabilização, Rocha (2003) observou uma diminuição no percentual dos pobres nas metrópoles que teve sua origem no efeito combinado entre crescimento de renda e redução da inflação e, como já mencionado anteriormente, pelo aumento do rendimento dos trabalhadores do setor de comércio e serviços. Houve uma maior diminuição da pobreza no período na região Centro-Oeste do país em decorrência do desenvolvimento dos complexos tecnológicos agroindustriais inseridos na região. No entanto, para a região Norte do Brasil o impacto da estabilização sobre a pobreza nesse período foi menos intensa em decorrência da elevação do

crescimento demográfico dessa região impulsionado pela atração de migrantes, sobretudo migrantes agricultores mais pobres.

O último período 1996-1999 é caracterizado pela autora como sendo o esgotamento do processo de distribuição de renda oriundo do processo de estabilização. A conjuntura macroeconômica mostrava a sobrevalorização da taxa de câmbio, *déficits* públicos crescentes, e contava ainda com um cenário de crises e distúrbios financeiros externos. Em 1999, ou seja, justamente no ano em que ocorreu o ataque especulativo contra o Real, que levou o país a modificar sua política cambial, foi observada uma elevação nos índices de pobreza e de desigualdade. De acordo com os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) desse período, o percentual de pobres se manteve em um nível estável de 34%, e essa redução concentrou-se, sobretudo, nas regiões rurais, houve, entretanto, elevação nas áreas metropolitanas, principalmente em São Paulo, uma vez que atrai grande contingente de migrantes mais pobres.

O estudo de Barros, Henriques e Mendonça (2001), também encontra evidências sobre a eficácia do referido plano de estabilização monetária na redução da pobreza. Segundo os autores, o Plano Real em 1995 foi capaz de reduzir a pobreza e a indigência no Brasil em relação à renda, hiato médio de renda e do número de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza e de pobreza. Eles ainda constataram que a pobreza no país se apresentou mais sensível a flutuações cíclicas de curto prazo, como a instabilidade macroeconômica.

Um aspecto importante observado foi o de que em relação aos países de renda *per capita* similar à do Brasil, o grau de pobreza no Brasil mostrou-se maior. Nesse sentido, os autores destacam, ao analisar os determinantes imediatos da pobreza, que não é a falta de recursos em si que gera a pobreza, mas sim a sua má distribuição. Dados do ano de 1999 corroboram para essa afirmativa dos autores, pois a renda *per capita* no Brasil foi de 5 a 8 vezes maior que a linha de indigência e, em relação a linha de pobreza, a renda *per capita* nacional mostrou-se de 3 a 4 vezes maior. Além disso, a renda média dos 10% mais ricos do Brasil era superior em 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres. Outra realidade era a divisão do PIB entre essas duas categorias, em que 47,7% eram apropriados pelos 10% mais ricos, ao passo que os 40% mais pobres se apropriavam de apenas 8,1% de toda a riqueza gerada pelo PIB.

Com relação à evolução da pobreza no Brasil na década de 2000, pode-se destacar que o início dessa década foi marcado por uma sucessão de choques econômicos externos sobre a economia nacional, entre os quais merecem destaque a crise energética de 2001, a crise

financeira Argentina no início de 2002 e o receio acerca da vulnerabilidade externa da economia brasileira no final de 2002.

Rocha (2003) argumenta que o baixo crescimento econômico desse período foi decorrente de um cenário macroeconômico turbulento, resultando na estagnação do rendimento do fator trabalho na economia brasileira, sobretudo nas regiões metropolitanas, com um ligeiro agravamento da pobreza nessas regiões, em comparação ao período anterior. Para a autora, o impacto dos choques externos sofridos pela economia brasileira foi mais sentido pela categoria de trabalhadores que possuíam uma menor qualificação educacional, o que contribuiu para o agravamento da pobreza observada nesse intervalo.

Do ponto de vista da renda, a partir de 2003 a pobreza absoluta no Brasil diminuiu em cerca de 20 milhões de pessoas e a proporção de pobres reduziu-se à metade. Esse resultado também foi acompanhado por melhorias na condição de vida da população brasileira, como a melhora no acesso a serviços públicos, maior formalização do mercado de trabalho, elevação da oferta de crédito e redução dos preços de bens duráveis (ROCHA, 2012).

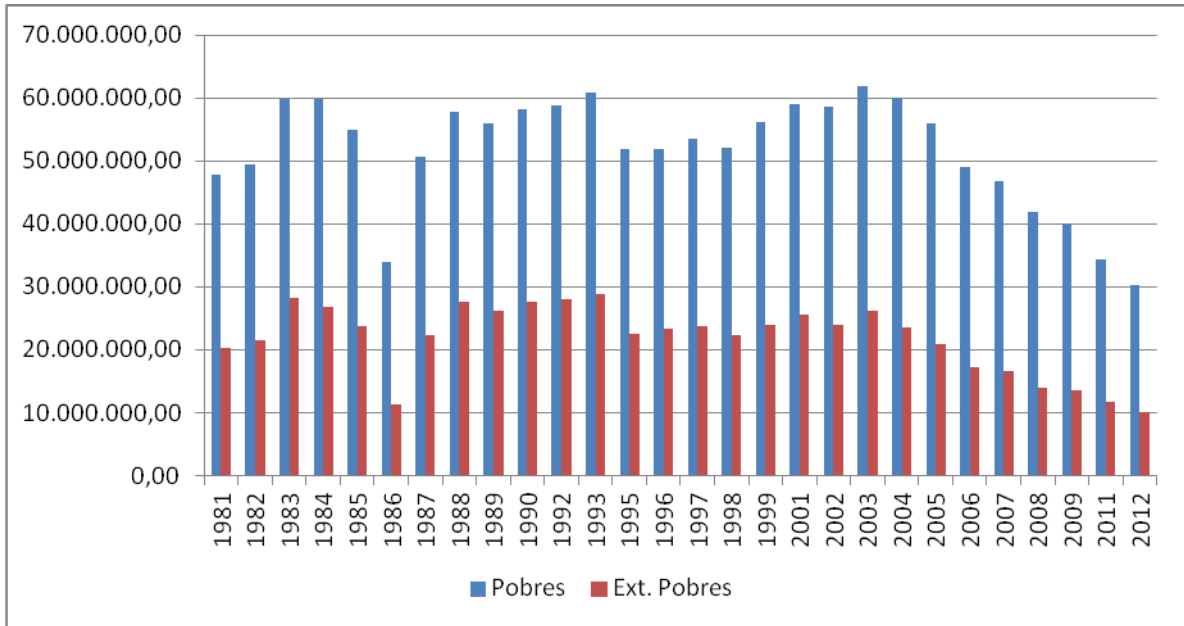
Para se ter uma visão dessa realidade em números, a proporção de pobres no Brasil no período compreendido de 1970 a 2011, reduziu de 68,3% da população em 1970 para 10,1% em 2011. De acordo com a PNAD de 2012, aproximadamente 3,5 milhões de pessoas saíram da pobreza (renda *per capita* de até R\$ 150,00 ao mês), no entanto, ainda existem no país cerca 15,7 milhões de pessoas vivendo nessa situação. O número de pessoas extremamente pobres também se reduziu em 1 milhão, porém, cerca 6,53 milhões de pessoas ainda se encontram vivendo abaixo da linha de pobreza (renda *per capita* de R\$ 75,00 mensais).

Levando em consideração o período 1981 a 2012, o Gráfico 1 mostra o número de pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil. Há uma associação dos ciclos econômicos com a pobreza, isto é, em períodos de recuperação da economia nacional a pobreza diminui e em épocas de recessão a pobreza se eleva.

Como pode ser visualizado no Gráfico 1, há significativa redução no volume de pessoas pobres e extremamente pobres em 1986, ano em que foi implantado o plano Cruzado. Contudo, aumenta-se esse volume de pobres e extremamente pobres, com o fracasso desse plano em 1987, ano em que o Brasil declarou moratória da dívida externa.

Mais uma vez foram sentidos os efeitos de um plano de estabilização monetária, dessa vez pelo Plano Real, com redução desse volume em 1995 que se mantém quase que constante até 1999, ano em que há um esgotamento do processo de distribuição de renda. Um declínio gradual nesse montante é observado a partir de 2003 até 2012. Ou seja, 2003 é o ponto de inflexão dessa trajetória recente da pobreza e extrema pobreza no país.

**Gráfico 1 - Número de pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil (1981 - 2012)**

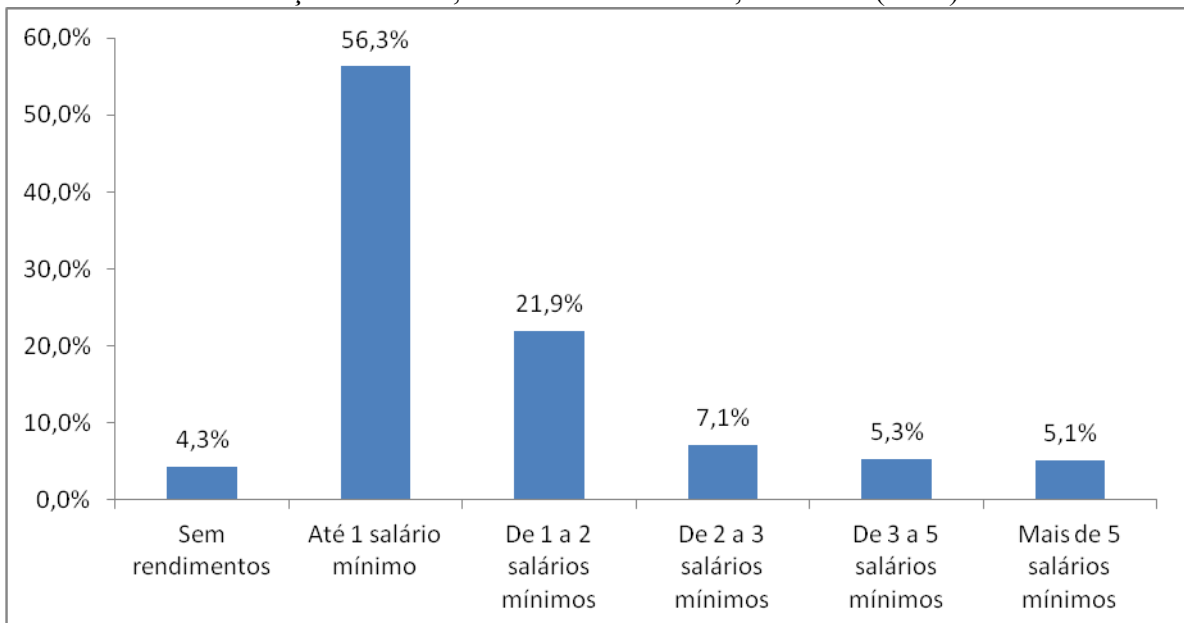


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA/IPEADATA (2014).

Dados do Censo demográfico de 2010 do IBGE ainda mostram que 56,3% das famílias brasileiras têm renda mensal de até 1 salário mínimo, 21,9% se encontram na faixa de 1 a 2 salários mínimos mensais. O que significa que, se é levado em consideração o percentual de famílias sem rendimentos, esse volume chega a 82,5% das famílias brasileiras que sobrevivem com renda mensal de até dois salários mínimos.

Essa realidade pode ser melhor visualizada no Gráfico 2, no qual é mostrada a concentração de renda no Brasil de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010.

**Gráfico 2 - Concentração da renda, em salários mínimos, no Brasil (2010)**



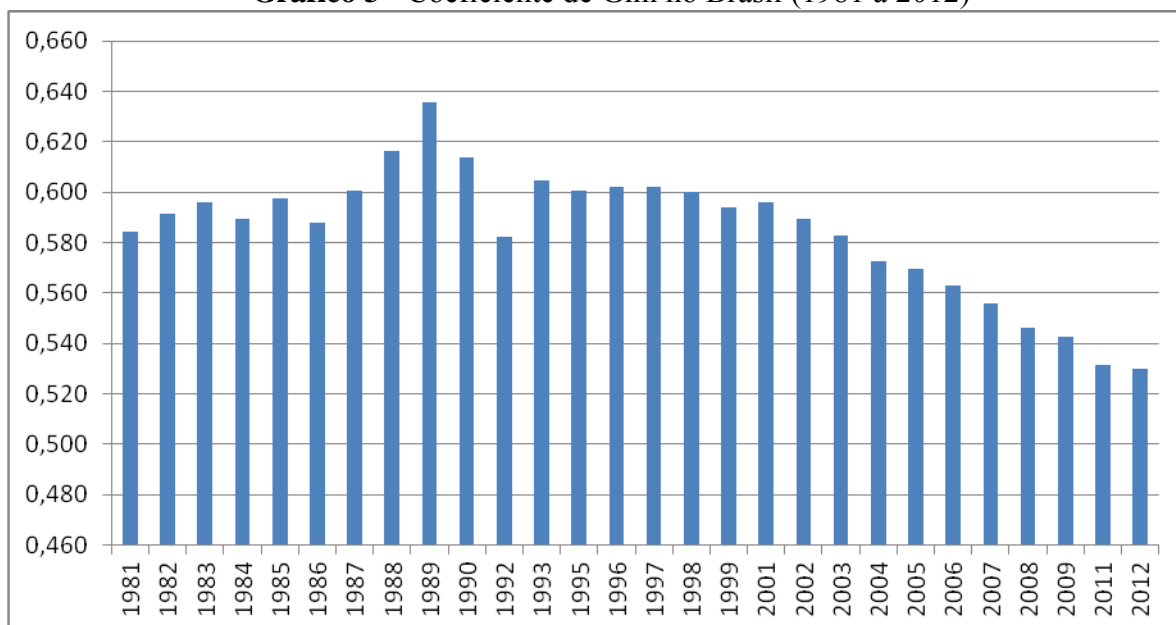
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Pelo ponto de vista da renda (salário mínimo) o Censo de 2010 aponta que cerca de 60% dos brasileiros são considerados pobres, pois fazem parte de famílias que vivem com renda *per capita* mensal de até um salário mínimo, e 8,6% da população brasileira vivem em condição de miséria, isto é, pertencem a famílias com renda mensal *per capita* equivalente a uma cesta básica, ao rendimento que lhes garante as condições nutricionais mínimas para a própria subsistência.

Azevedo (2007) destaca que em razão do avanço do Plano Real e da consequente estabilidade econômica entre meados de 2001-2005, a concentração de renda medida pelo coeficiente de Gini no Brasil declinou. Essa redução na desigualdade de renda *per capita* implicou em um quadro de crescente redução da pobreza no país.

É de vasto conhecimento a problemática no que se refere à concentração de renda no Brasil, e para melhor visualização dessa realidade, o Gráfico 3 mostra o coeficiente de Gini<sup>3</sup> para o Brasil no período de 1981 a 2012, no qual é possível observar a queda no coeficiente dessa concentração sobretudo nos períodos de ciclos econômicos favoráveis, porém essa queda ocorre de maneira mais consistente na desigualdade de renda no Brasil, principalmente a partir do ano de 2001.

**Gráfico 3 - Coeficiente de Gini no Brasil (1981 a 2012)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA/IPEADATA (2014).

<sup>3</sup> O coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos. Teoricamente, seu valor pode variar desde 0 (quando não há desigualdade, isto é, as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor) e 1 (quando o grau de desigualdade é máximo, isto é, apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda dos demais indivíduos é nula).

## 1.2 DIFERENÇAS REGIONAIS E POBREZA NO NORDESTE

A título de ilustração e ainda sob o enfoque unidimensional da renda, a Tabela 1 apresenta o perfil da extrema pobreza no Brasil e revela a desigualdade regional brasileira, em que, 59,1% do total da população extremamente pobre, se encontram concentradas na região Nordeste. As regiões Centro-Oeste e Sul, concentram 3,4 % e 4,4%, respectivamente, e juntas somam 7,8% do total da amostra.

**Tabela 1 - Perfil da Extrema Pobreza no Brasil (2010)**

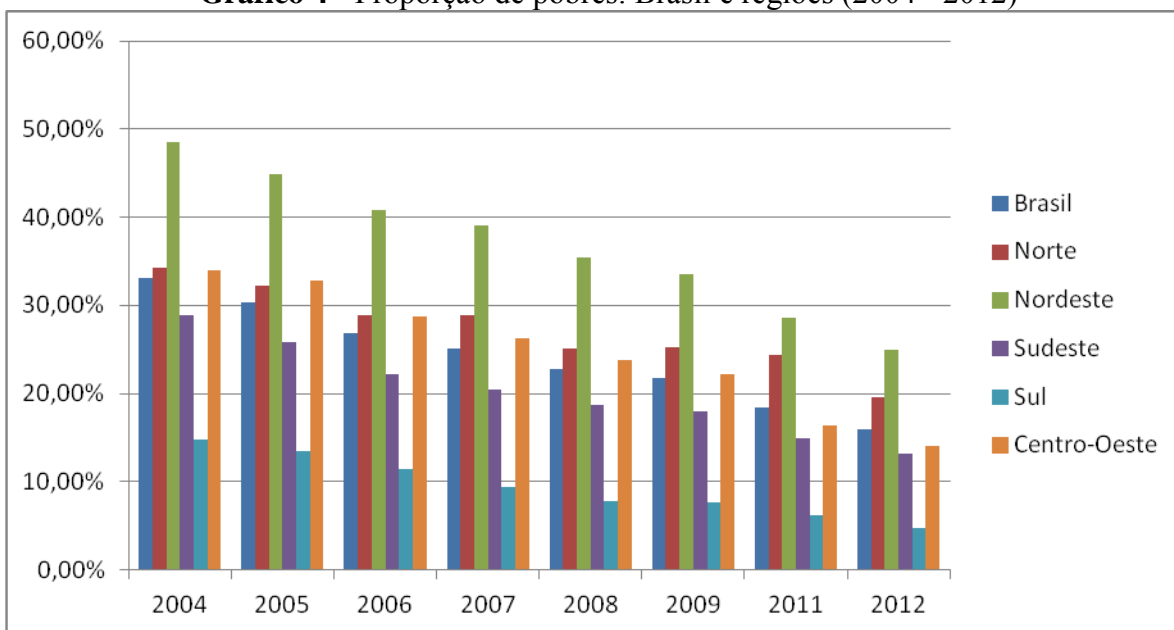
<b>Macrorregiões</b>	<b>Participação (%)</b>
Norte	16,3
Nordeste	59,1
Sudeste	16,8
Centro-Oeste	3,4
Sul	4,4
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Dados da PNAD para o período de 2004 até 2012 compilados pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) mostram que a proporção de pobres no Brasil se reduziu em 51,83%, porém essas proporções nas regiões Nordeste e Norte foram reduzidas em 48,47% e 43,00% respectivamente, menores do que a redução da proporção de pobres no Brasil como um todo. As regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste reduziram a proporção de pessoas pobres intensamente e acima da média brasileira.

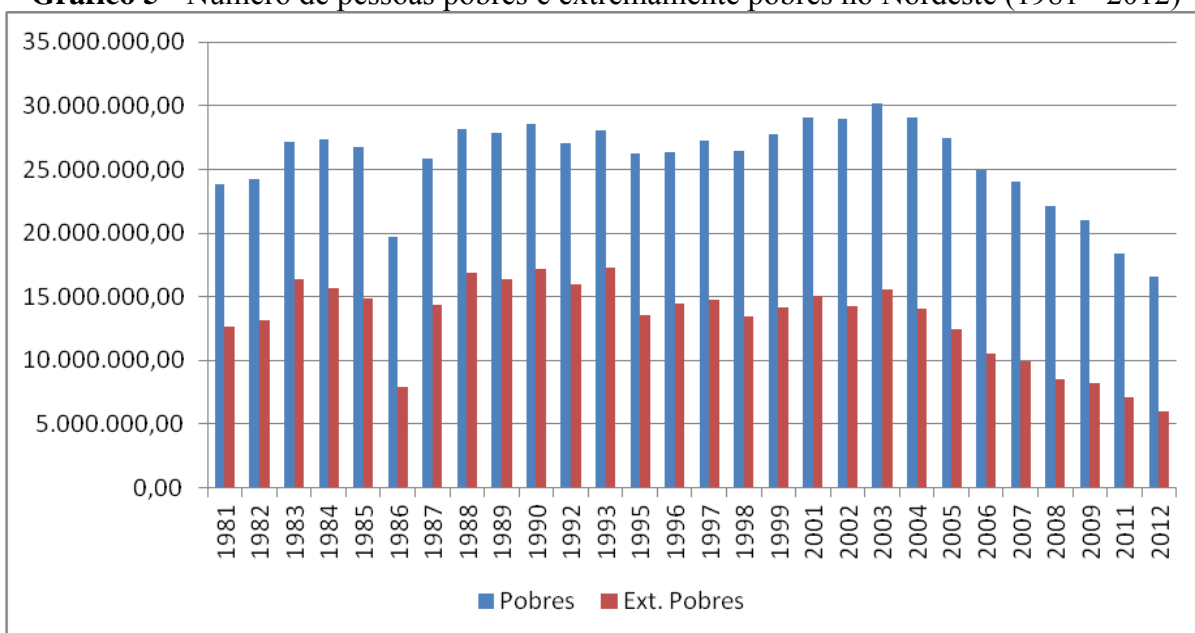
Em 2012 a região Nordeste apresentava 25% da sua população pobre, sendo essa porcentagem mais alta do que as outras regiões do país, apesar de que já fora 48,52% em 2004.

Essa conjuntura pode ser visualizada no Gráfico 4, no qual revela-se a proporção de pobres total no Brasil e em suas regiões no período de 2004 a 2012. Vê-se que apesar da proporção de pobres na região Nordeste ainda ser relativamente elevada, em comparação ao Brasil e as demais regiões, essa proporção segue uma tendência de queda.

**Gráfico 4 - Proporção de pobres: Brasil e regiões (2004 - 2012)**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD compilados pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS (2013).

Considerando-se o período de 1981 a 2012, o Gráfico 5 apresenta o número de pessoas pobres e extremamente pobres na região, no qual se observa que a redução desses números se deu a partir de 2003 até 2012 e acompanhou a tendência brasileira de diminuição da pobreza.

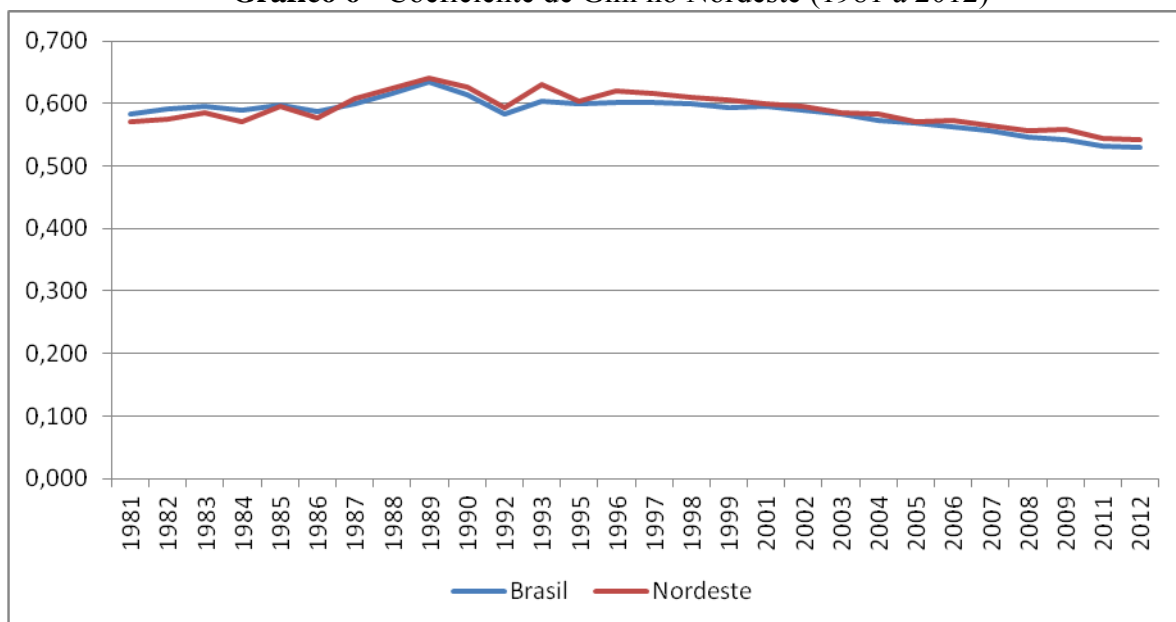
**Gráfico 5 - Número de pessoas pobres e extremamente pobres no Nordeste (1981 - 2012)**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA/IPEADATA (2014).

Como mostra o Gráfico 6, o coeficiente de Gini para o Nordeste no período de 1981 a 2012 também apresentou, assim como para o Brasil, uma contínua queda na desigualdade de

renda a partir de 2003. Porém, também é possível perceber que mesmo havendo essa redução no grau de concentração de renda nordestina o coeficiente de Gini para essa região ainda se mostra mais acentuado que o nacional.

**Gráfico 6 - Coeficiente de Gini no Nordeste (1981 a 2012)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA/IPEADATA (2014).

A literatura até aqui exposta evidencia a associação entre os indicadores de pobreza e de desigualdade de renda e o desempenho da economia nacional, bem como um desfavorecimento da região Nordeste em relação ao Brasil e suas demais regiões, mesmo que sob diferentes definições de pobreza e concentração de renda. Diante dessa realidade, é de suma importância que o foco dos estudos relacionados ao problema da pobreza sejam direcionados para essa região, no período em que as pesquisas mostram, de forma geral, redução da pobreza no país e na região nordestina. No capítulo seguinte tratar-se-á dos aspectos conceituais e das evidências empíricas sobre a pobreza no Brasil e na região Nordeste do país.

## **2 ASPECTOS CONCEITUAIS E AS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE A POBREZA NO BRASIL E NO NORDESTE**

Antes de realizar a análise da pobreza nordestina e a construção do indicador multidimensional de pobreza para essa região, se faz necessário entender o objeto de estudo da presente pesquisa, suas definições e seus aspectos na literatura que aborda essa temática. Com esse intuito, o presente capítulo apresenta os aspectos conceituais e as evidências empíricas encontradas que traçam o estado do conhecimento sobre o tema da pobreza no Brasil e no Nordeste.

### **2.1 DEFINIÇÕES DA POBREZA**

A pobreza é um fenômeno que sempre esteve presente ao longo da história da humanidade. Até o século XIX a interpretação do problema da pobreza era a de que esse seria uma condição natural e inevitável para a maioria da humanidade, no sentido de que a pobreza só seria considerada um problema social se a população diretamente afetada pela pobreza, com a não conformação com tal situação, colocasse em perigo a ordem em vigor (SCHWARTZMAN, 2007).

Conforme Codes (2008), a pobreza se configurou em tema de estudo científico a partir do advento da Revolução Industrial, por volta do final do século XIX, quando foi sentida a necessidade, por parte dos pesquisadores e governos, de medir o seu tamanho e tentar compreender as suas origens. Desde então, houve uma evolução no sentido de se tentar compreender de maneira mais complexa e profunda a pobreza.

Entretanto, a concepção de pobreza nesse período estava relacionada ao conceito da satisfação das necessidades mínimas para a sobrevivência do indivíduo, isto é, a necessidade mínima de nutrientes que fosse capaz de manter um indivíduo vivo. O bem-estar, dentro desta visão, seria representado pelas variáveis monetárias. Sendo a pobreza identificada como insuficiência de renda ou consumo.

Segundo Crespo e Gurovitz (2002), definir a pobreza é algo extremamente complexo, e pode ser feito ao se considerar algum “juízo de valor”, em termos relativos ou absolutos. A pobreza pode ser analisada do ponto de vista monetário (unidimensional) ou sob a ótica que incorpora aspectos não econômicos (multidimensional), o que também pode ser ou não contextualizado conforme a estrutura sociopolítica da sociedade. Para esses autores, entender

a complexidade desse fenômeno, seus diversos conceitos e modos de abordagem, abrange a possibilidade em elaborar políticas públicas que visem soluções eficazes para esse problema.

Em meados da década de 1990 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elaborou o Índice de Pobreza Humana (IPH-1 e IPH-2) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse último, por sua vez, se resume em quatro indicadores, a saber: expectativa de vida ao nascer, taxa de analfabetismo, taxa de matrícula combinada e renda *per capita*.

O Índice de Pobreza Humana (IPH) mede as privações no desenvolvimento humano e reflete a distribuição do progresso ao mensurar o volume de privações que ainda existem. O IPH-1 e o IPH-2 consideram as mesmas dimensões do IDH (vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida digno).

O IPH-1 mede as privações dos indivíduos para os países em processo de desenvolvimento. As variáveis do IPH-1 são: a) vida longa e saudável, que representa a proporção de pessoas nascidas hoje que não deverão ultrapassar os 40 anos; b) o acesso ao conhecimento, medido pela proporção de adultos analfabetos; c) o padrão de vida digno, ou seja, a carência na provisão de bens e serviços básicos (que podem ser adquiridos por meios públicos ou privados), refletida pela porcentagem de pessoas sem acesso aos serviços de saúde e água potável e pela proporção de crianças com peso deficiente.

O IPH-2 é calculado para países industrializados e além das dimensões utilizadas para medir o IPH-1 é acrescida uma quarta dimensão no cálculo do IPH-2, a exclusão social medida pela taxa de desemprego de longo prazo. As variáveis do IPH-2 são: a) vida longa e saudável, que representa a proporção de pessoas nascidas hoje que não deverão ultrapassar os 60 anos; b) o acesso ao conhecimento, pela proporção de pessoas cuja capacidade para ler e escrever não é suficiente para ser funcional; c) o padrão de vida digno como porcentagem de pessoas com privação de renda – com renda disponível inferior a 50% da renda média das famílias; d) a exclusão social, pela proporção de desemprego de longa duração (12 meses ou mais).

Hoffmann (2000) considera que a definição de pobreza é de suma importância para um país, dado que se torna um indicador de necessidades básicas que devem ser perseguidas e atendidas.

Na literatura econômica que aborda o estudo e análise da pobreza há uma grande variedade sobre o que vem a ser pobreza e como essa é percebida, além de maneiras distintas de se classificar os indivíduos que venham a ser considerados pobres para cada vertente. Na seção seguinte, será feita uma análise sobre as três abordagens a respeito do estudo sobre a

pobreza: a abordagem monetária (unidimensional), a abordagem das necessidades básicas e a abordagem das capacitações (multidimensional).

### 2.1.1 O Caráter Unidimensional da Pobreza: a Abordagem Monetária

Como destaca Silva (2012), foi durante o reinado de Elizabeth I que surgiu a ideia de subsistência, derivada da chamada “Lei dos Pobres”, que se sucedeu entre 1531 e 1601 na Inglaterra. Essa época foi marcada por um intenso êxodo rural culminando na elevação da população urbana inglesa e conseqüentemente, o número de indivíduos em situação de mendicância, uma vez que esse excesso de oferta de mão de obra não era absorvido no mercado de trabalho urbano.

De acordo com Codes (2008), foi a partir do final do século XX, quando se percebeu que o crescimento econômico não era capaz de resolver as questões relacionadas às desigualdades sociais e pobreza, que o debate sobre a temática emergiu e se intensificou em outras regiões da Europa e nos países em processo de desenvolvimento.

Conforme Landerchi, Saith e Stewart (2003), a visão de pobreza como insuficiência de renda surgiu a partir dos trabalhos de Charles Booth e de Benjamim Seebohm Rowntree nos séculos XIX e XX, respectivamente. De acordo com os autores, o trabalho de Booth contribuiu no sentido de categorizar 8 grupos de classes sociais. Do total, quatro desses grupos, ou seja, metade deles representavam diferentes graus de pobreza. Ao passo que o trabalho de Rowntree (1901), dividiu a pobreza em duas categorias. A primeira consistia em estimar a pobreza a partir de uma linha de pobreza representada por um valor monetário, onde fosse possível ao indivíduo realizar uma dieta nutricional adequada, obter vestuário e pagar aluguel. Nesse sentido, o autor define a pobreza na abordagem da insuficiência de renda. A segunda categoria se configurava na realização de entrevista por parte dos pesquisadores com as famílias, que visivelmente se encontravam em situação de pobreza. O autor chegou ao resultado de que aproximadamente 10% da população de York, na Inglaterra de 1899, viviam em situação de pobreza, isto é, essa parcela da população estava situada abaixo do nível mínimo de despesa / consumo indispensável à sobrevivência.

Contudo, segundo destacado por Codes (2008), foram nos anos da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945, que se retomaram os estudos acerca da pobreza com o enfoque da subsistência, a partir do relatório de segurança social elaborado por Beveridge, no qual foi destacado a importância de assegurar um nível de pleno emprego como modo de garantir um

vínculo social. Sendo assim, o conceito de subsistência surgiu na Inglaterra e se desenvolveu em duas fases. Na primeira aparecem aspectos nutricionais, como o de Rowntree (1901), em que o conceito de subsistência advinha das *poor laws* (lei dos pobres) e a segunda fase que se caracterizava pela busca de explicações para a baixa seguridade social e assistências nacionais no período pós segunda guerra, tendo destaque o trabalho realizado por Beveridge.

Para Kageyama e Hoffmann (2006) a pobreza se classifica em três tipos: pobreza absoluta, pobreza relativa e pobreza subjetiva. Com relação à pobreza absoluta, é considerado pobre o indivíduo que possui menos que o mínimo objetivamente definido, o que remete à abordagem tradicional da subsistência. A pobreza relativa define como pobre o indivíduo que possui menos que os outros na sociedade, e faz referência ao padrão de vida, ao contexto social e ao padrão de consumo médio predominante na sociedade. Já a pobreza subjetiva caracteriza o pobre como aquele que sente que não possui o suficiente para continuar, o que remete ao fator de exclusão social.

Tradicionalmente o bem-estar de um indivíduo é medido pela quantidade de bens e serviços a que este pode ter acesso. Nesse sentido, na abordagem monetária a análise se volta para a variável renda, uma vez que a renda tem a capacidade de determinar o poder de compra do agente econômico. Assim, a abordagem unidimensional da pobreza percebe que em geral, dada a renda, as necessidades individuais são supridas por meio de aquisição de bens no mercado.

Rocha (2006) considera que as pesquisas sobre pobreza estabelecem essencialmente duas vertentes: uma que relaciona a renda indispensável capaz de satisfazer exclusivamente as necessidades de caráter nutricional, denominada de linha de indigência ou de pobreza extrema, e outra que abrange um conjunto mais amplo de necessidades individuais, como saúde, educação, habitação, transporte, entre outros. Essa segunda linha, é denominada de linha de pobreza. O estudo ainda destaca que teoricamente a utilização da renda como parâmetro para medir o nível de vida de uma sociedade fundamenta-se na estreita relação existente entre o nível de renda e os indicadores de bem-estar físicos, que serviriam como uma aproximação dos indicadores físicos de qualidade de vida. Todavia, há muitas perguntas sobre sua efetiva funcionalidade, tais como utilizar de forma exclusiva esse critério em nações cuja renda é muito baixa, nas quais a auto produção e consumo sem origem monetária possuem impactos igualmente importantes; também se deve considerar as diferenças nos níveis de preços, as características culturais e de desenvolvimento de cada nação em análise, entre outras especificidades.

### 2.1.2 Linhas de Pobreza

Conforme Ravallion (1992, 1998), linha de pobreza refere-se ao custo monetário para um indivíduo, em dada localidade e tempo, em um nível de medida de bem-estar que serve como principal instrumento para identificar os pobres. São tidos como pobres os indivíduos que não alcançam esse nível de bem-estar determinado, e como os que o alcançam como não pobres, isto é, uma pessoa pode ser considerada pobre se estiver sobre ou abaixo a um nível de renda pré-estabelecido, essa faixa que delimita essa fronteira é denominada de linha de pobreza. Segundo Hoffmann (2011, p. 375), consiste no nível de renda que possibilita ao indivíduo uma vida digna. Porém, essa metodologia tão somente transfere o problema para a aceção do que é “indispensável”. Nesse sentido, a linha de pobreza serve como um referencial para os formuladores de políticas sociais, uma vez que o objetivo passa a ser o de levar essas pessoas acima da linha de pobreza.

Fields (2001) destaca cinco decisões importantes para a fixação de uma linha de pobreza: a primeira consiste em decidir se esta será baseada na renda ou no consumo; na segunda determinar a unidade a ser estudada: o indivíduo, a família, o domicílio, *per capita* ou adulto-equivalente; a terceira decidir se a análise consistirá em uma única linha de pobreza ou na divisão entre linha de pobreza rural e urbana, ou ainda em diferentes regiões; a quarta se a linha de pobreza será concebida de forma científica, política, subjetiva ou por mera conveniência; e finalmente a quinta definição diz respeito a como poderão ser usados outros indicadores além da renda e consumo.

Ravallion (1992) analisa a ocorrência de determinadas linhas de pobreza: absoluta, relativa, subjetiva e dual. Encontra-se a linha de pobreza absoluta ao se estimar o custo de uma quantidade de bens considerados necessários que irão suprir as necessidades básicas de consumo. No entanto, essa linha não está sujeita a abrangência de toda a distribuição, e por essa razão, as pessoas com renda inferior a essa linha podem ser denominados definitivamente pobres ou indigentes. Essa, por sua vez, é a linha que baseia a abordagem unidimensional da pobreza. Essa metodologia irá servir para quando se desejar construir uma única linha, porém devido às especificidades de cada região e de preferências dos agentes, esse procedimento deve ser utilizado com precaução quando for aplicado separadamente para cada região, setor ou data em que as comparações serão realizadas.

A linha de pobreza relativa avalia as necessidades a serem satisfeitas levando em consideração o padrão de consumo médio predominante na sociedade, de maneira a diminuir as disparidades existentes em meio aos agentes. Vale destacar que os países em

desenvolvimento têm a sua atenção voltada à linha de pobreza absoluta, ao passo que países desenvolvidos focam na linha de pobreza relativa, uma vez que o mínimo essencial à subsistência é assegurado. Ao contrário da linha de pobreza absoluta, a linha de pobreza relativa irá depender da dimensão de toda a distribuição.

A combinação simples de duas linhas de pobreza irá resultar em uma linha de pobreza dual ou híbrida, na tentativa de se estabelecer uma linha de pobreza múltipla com o intuito de se realizar comparações de pobreza. O autor ainda esclarece o caráter subjetivo na formulação das linhas de pobreza, dado que derivam de julgamentos subjetivos dos agentes acerca do que consiste um padrão de vida mínimo socialmente estabelecido. Diante do exposto, pode-se entender que a linha de pobreza é definida como sendo o valor mínimo estabelecido necessário para que um indivíduo possa participar adequadamente de um contexto social.

Rocha (2006) expõe que a fixação de um valor da linha de pobreza, capaz de atender necessidades fundamentais alimentares e não alimentares, é rodeada de controvérsias, posto que quanto mais desenvolvida for uma sociedade mais relevante se torna a ideia de que a pobreza se distancia do atendimento das necessidades de sobrevivência. Nesse sentido, a utilização da renda para definir linhas de pobreza se deve à estreita correlação existente entre o nível de renda e os indicadores de bem-estar físico.

Vale destacar que alguns autores que estudam a pobreza sob o enfoque unidimensional reconhecem a importância de se analisar a pobreza considerando o seu aspecto multidimensional, como por exemplo, os trabalhos de Hoffmann (1998); Bourguignon e Chakravarty (2003) e Rocha (2006).

Hoffmann (1998) enfatiza que a renda é um conceito insuficiente e de grande imperfeição para que, por si só, tenha condição de avaliar as condições de vida dos indivíduos e das famílias, mesmo sendo a melhor medida isolada dessas condições. De acordo com esse autor, será o grau de renda de uma determinada família, as condições de saúde, o nível de educação de seus membros, entre outras condições, que serão capazes de fazer com que essa determinada família se encontre ou não em situação de pobreza.

Bourguignon e Chakravarty (2003) alegam que um indivíduo é considerado pobre se sua renda situar-se abaixo da linha de pobreza. Entretanto, de acordo com esses mesmos autores, a caracterização da pobreza também pode ser dada através da insuficiência de bem estar, originada por variáveis monetárias e não monetárias, o que faz tornar inadequado o uso de indicadores que empreguem exclusivamente a renda monetária como grau de bem estar.

Na literatura que aborda a pobreza sob um enfoque unidimensional, é comumente utilizada, além da tradicional linha de pobreza, linhas de extrema pobreza ou de indigência,

que por sua vez é definida como uma extensão da linha de pobreza. Dentre os critérios utilizados para definição dessas linhas de pobreza, são considerados o rendimento pessoal em dólar, o rendimento *per capita* domiciliar tendo por base o salário mínimo, o consumo de calorias essenciais à subsistência, ou a cesta básica convertida em renda. Apesar disso, Rocha (2006) afirma que embora as linhas de pobreza e indigência constituírem o ponto de vista mais estimado na preleção e nos métodos de quantificação da pobreza pelos pesquisadores do tema, ainda é possível se observar fragilidades e restrições.

No que tange as fragilidades, estas por sua vez, estão presentes na não possibilidade de determinar um grau mínimo abaixo do qual as pessoas se acham ameaçadas em relação a sua sobrevivência. Nessa perspectiva, a crítica feita para a elaboração da linha de pobreza e indigência consiste no fato da não consideração de todas as possíveis dimensões de pobreza, dado que o grau de bem-estar das pessoas também se dá através de um complexo conjunto de fatores sociais.

### 2.1.3 O Caráter Multidimensional da Pobreza: as Abordagens das Necessidades Básicas e das Capacidades

Na literatura que estuda a pobreza, é quase unânime a visão de que há limitações no caráter unidimensional da pobreza. Evoluíram-se bastante as discussões para se alcançar as melhores maneiras para medi-la. Sabe-se, porém, que a renda monetária é um importante instrumento para se indicar pobreza, no entanto esse não é o único. A presente seção tem por objetivo apresentar a evolução do conceito de pobreza com base nas teorias das necessidades básicas e das capacitações de Sen, no sentido de se revelar a pobreza como um fenômeno multidimensional.

A partir da década de 1970, a abordagem da subsistência, relacionada com as necessidades nutricionais necessárias à sobrevivência, passou a ser criticada devido a nova percepção de que as necessidades humanas não deveriam ser vistas apenas como necessidades físicas, mas também como necessidades sociais. A crítica se baseava no argumento de que as pessoas deveriam ser vistas além de organismos individuais, que necessitam repor suas energias nutricionais, mas também como indivíduos sociais que desempenham papéis sociais. Outro argumento dessa crítica se fundamenta na observação de que a obtenção da medida das necessidades básicas de nutrição não é universal. Isto é, o custo e a quantidade de gêneros alimentícios mudam de acordo com os papéis sociais desempenhados pelos indivíduos, os

hábitos alimentares e os tipos de alimentos ao dispor de cada sociedade.

Duclos e Araar (2006) apontam para o fato de que centrar o debate acerca da pobreza apenas tão somente pelo aspecto monetário é demasiadamente simplório. Nesse sentido, os autores argumentam que para o estudo da pobreza se faz necessário incluir a discussão com relação ao ingresso do indivíduo aos serviços básicos, sob uma ótica multidimensional. Sendo assim, uma vertente não monetária avalia a pobreza como sendo uma privação de fins e não de meios a partir de duas linhas teóricas: das necessidades básicas e das capacidades.

Conforme Rocha (2006), a abordagem das necessidades humanas básicas vai além de questões relativas à alimentação, incorpora, no entanto, uma maior gama dessas necessidades humanas, como educação, saneamento e habitação. Essa abordagem é capaz de captar outros aspectos da vida cotidiana dos indivíduos, que não apenas as questões nutricionais, como suas relações sociais. Isto é, além de se alimentarem, as pessoas realizam outras atividades, se relacionam e trabalham, e essas não estão necessariamente relacionadas com ao critério de renda ou à condição nutricional.

Lopes, Macedo e Machado (2003) destacam que na abordagem das necessidades básicas se considera o acesso dos indivíduos a bens específicos como o acesso à saúde, à educação, ao saneamento, à moradia, à nutrição, à segurança, à água tratada, dentre outros, pois sem acesso a esses bens, indispensáveis para uma vida saudável, os indivíduos não terão qualidade de vida. A satisfação dessas necessidades é, sob um ponto de vista econômico, extremamente benéfica às pessoas, uma vez que eleva a produtividade. Assim, a medida de pobreza deve incorporar, além da renda, a satisfação dos indivíduos com a obtenção desses bens específicos, que ao serem considerados, introduzem o caráter multidimensional nas pesquisas relacionadas à pobreza.

Segundo a teoria das capacitações, proposta inicialmente por Sen (1983, 1984), o entendimento do que vem a ser pobreza deve se dar pelas privações das necessidades básicas sofridas pelos indivíduos, isto é, no fato da inexistência de oportunidades para se realizar alguns níveis mínimos de funcionamentos. Esses funcionamentos, por sua vez, vão desde questões fundamentais de como estar bem nutrido, possuir uma boa saúde até questões mais complexas como ser feliz, possuir respeito próprio e a participação da vida social. Nesse sentido, as capacitações consistem na liberdade de um indivíduo para realizar combinações alternativas de funcionamentos. A pobreza dentro desta visão é constituída por diferentes dimensões, que agrega os elementos que se referem ao enfoque das necessidades básicas, como também destaca a capacidade dos indivíduos no que concerne as escolhas em relação ao bem-estar e os meios de atingi-los. Além disso, essa abordagem acrescenta ao entendimento

da pobreza no sentido de mostrar qual qualidade de vida as pessoas avaliam para si, sendo que essa qualidade de vida escolhida não se resume a dotação de renda que esses indivíduos possuem, mas ainda de outras condições de vida.

Sen (1976) estabelece que a mensuração de pobreza deva ser dividida em duas etapas, que são: identificar os indivíduos ou famílias pobres em meio a população total e constituir um índice de pobreza empregando os dados disponíveis. A técnica comumente mais utilizada para realizar esse procedimento consiste em contar o número de pobres e observar a magnitude do percentual da população total pertencente a esta categoria. Isso torna possível a identificação de indivíduos pobres por meio do método da renda, que constitui um determinado grau de renda abaixo do qual os indivíduos são qualificados como pobres. Entretanto, este deve ser o nível de renda definido como satisfatório para que as pessoas sejam capazes de cobrir suas necessidades fundamentais. Este procedimento de avaliação é denominado de critério da linha de pobreza e permite a definição de graus de intensidade da pobreza, que corresponde às extensões quantitativas da situação de cada pessoa com relação à linha de pobreza.

A partir da década de 1980 é movido por Sen (1983) o debate a cerca da teoria das capacitações, que passou a explorar uma vertente particular do bem-estar, evidenciando suas vantagens para que as pessoas realizem valiosas ações ou atinjam estados de existência adequados. Nessa abordagem está presente a preocupação com a erradicação da pobreza (Kuklys, 2005 apud SILVA e NEDER, 2010).

Sen (2003) define que pobreza consiste na privação das capacidades básicas dos indivíduos, e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-determinado. Por capacidade, deve-se entender como sendo combinações alternativas de funcionamento de possível realização. A capacidade é tida como uma forma de liberdade: liberdade substantiva no sentido de ser possível realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade de se optar por estilos de vida variados.

De acordo com Sen (2000), a abordagem das capacitações está fundamentada basicamente em mensurar o bem-estar dos indivíduos de acordo com a liberdade que esses possuem em ter ou fazer aquilo que lhes apeterem, com base no princípio da justiça. Busca-se avaliar a liberdade de escolha individual que está fortemente relacionada à qualidade de vida. Desse modo, tem-se a possibilidade de capturar características relevantes como heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variabilidades no clima social, diferenças de perspectivas relativas e distribuições intrafamiliar.

De forma genérica, pode-se inferir que são entendidos como pobres as pessoas

desprovidas de capacidades, elementos básicos para se agir em sociedade, além de chances para atingir graus consideráveis de concretizações e conquistas. Esta abordagem torna real o reconhecimento da inserção de variáveis tão importantes para a determinação de pobreza, além da renda, ao buscar inserir a escassez de capacitações como um complemento de análise. Assim, a pobreza está relacionada à privação de liberdade das pessoas de serem capazes de eleger uma vida melhor e mais satisfatória que lhes rendam um maior bem-estar, no sentido em que lhes seja possível saber decidir o que comer a fim de poderem prover suas carências nutritivas, e o que vestir, onde morar, o acesso à saúde, à educação e à justiça, garantindo-lhes exercer inteiramente suas liberdades sociais e políticas e de serviços públicos.

## 2.2 POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA LITERATURA NACIONAL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Na literatura nacional, alguns autores buscaram descrever a temática da pobreza sob o enfoque multidimensional, como: Barros, Carvalho e Franco (2003); Lopes, Macedo e Machado (2005); Kageyama e Hoffmann (2006); Silva e Barros (2006); Bangolin e Ávila (2006); Neder (2008); Diniz e Diniz (2009); Albuquerque (2011).

Barros, Carvalho e Franco (2003) fizeram uso da abordagem multidimensional, adotando o julgamento de pobreza sob o aspecto das necessidades básicas e das capacitações, para estabelecer um índice escalar multidimensional de pobreza familiar, baseado nas informações da PNAD, estabelecendo o IDF, Índice de Desenvolvimento da Família. Sua composição compreende 6 dimensões, 26 componentes e 48 indicadores. Esses autores argumentam que um dos grandes benefícios do IDF é a probabilidade de desagregar os dados e, de tal modo, ser facultado o poder de dimensioná-los para grupos demográficos.

Lopes, Macedo e Machado (2005) discutiram sobre a pobreza de maneira multidimensional no Brasil e em Minas Gerais, ligando o aspecto das capacidades de Sen e concluíram que o estudo que realizaram corrobora com a teoria de que o índice de pobreza fundamentado na renda não é satisfatório para identificar a magnitude da pobreza em uma determinada população.

Kageyama e Hoffmann (2006) avaliaram a pobreza no Brasil sob o ponto de vista multidimensional no período de 1992 a 2004. Os resultados derivados deste estudo indicaram que a pobreza do primeiro substrato, esse que por sua vez engloba os pobres do tipo I aos quais ocorre essencialmente insuficiência de renda, isto é, inclui pessoas com a renda menor que a linha de pobreza, tendeu a exibir modificações cíclicas (em acordo com a conjuntura econômica) e que a pobreza dos demais substratos, os quais englobam os pobres do tipo II

(pessoas com renda acima da linha de pobreza) e ainda o substrato da extrema pobreza composto pelas pessoas com renda abaixo da linha de pobreza; eram inferiormente aptos aos ciclos econômicos, uma vez que são abordadas questões estruturais da economia brasileira, isto é, exige-se longo prazo no que se refere ao desenvolvimento regional e investimentos em infraestrutura.

Com base nos dados da PNAD, Silva e Barros (2006) apontaram o caráter prático e útil da utilização do IDF para o estudo da pobreza multidimensional e encontram evidências de que o grau de pobreza estrutural para as famílias brasileiras entre o período de 1993 a 2003 diminuiu em cinco pontos percentuais. Entretanto, os autores ainda constataram que a região Nordeste apresentou um grau de pobreza multidimensional de nove pontos percentuais acima da média nacional e 14 pontos percentuais acima da média da Região Sudeste. Outra constatação observada por esses autores indica que a pobreza nordestina estava concentrada principalmente nas dimensões acesso ao trabalho, acesso ao conhecimento, disponibilidade de recursos e condições habitacionais. Outra constatação revela que embora o Nordeste tenha ficado atrás de todas as demais regiões e, em particular da região Sudeste, em todas as seis dimensões, as diferenças não são da mesma magnitude. Em termos de acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos e condições habitacionais, as diferenças em pobreza foram superiores a 15 pontos percentuais, em termos de vulnerabilidade e desenvolvimento infantil, as diferenças foram inferiores a 7 pontos percentuais.

Bangolin e Ávila (2006) buscam identificar a distribuição espacial da pobreza no Brasil, através de indicadores multidimensionais com base na abordagem das capacidades e perspectivas das necessidades humanas. Os autores seguem o critério de corte do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ao classificar o índice de pobreza deficiente se esse estiver contido no intervalo de 0 a 0,49, moderado se obtém um valor entre 0,50 a 0,79 e considerados níveis baixos de pobreza os índices com valores iguais ou maiores a 0,80.

Com relação da dimensão saúde, todos os estados brasileiros obtiveram um índice moderado de pobreza, uma vez que, a maioria dos índices dos estados ficou situada no intervalo de 0,5 e 0,59. O índice de segurança revelou uma situação muito pior, pois revelou que a maioria dos estados era intensamente pobre, com índices inferiores a 0,5. Com relação ao indicador de segurança alimentar, foi possível observar uma melhor condição em todo país, porém todos os estados das regiões Norte e Nordeste obtiveram índices abaixo de 0,8, significando insegurança alimentar moderada.

No que diz respeito à dimensão educação, os autores observam que a privação nesse caso não estava altamente correlacionada e diante dessa realidade, os autores agrupam esses

resultados em três blocos. O Sul, o Sudeste e mais dois estados da região Norte, e apenas dois estados do Nordeste podem ser considerados como tendo uma situação melhor.

Os índices apresentados para a maioria dos estados das regiões Norte e Nordeste estão mais próximos de serem considerados seriamente deficientes para essa dimensão. Outro resultado importante encontrado pelos autores no que se refere à distribuição da pobreza brasileira é que a dimensão segurança se mostrou mais homogênea, ou seja, a violência estaria mais igualmente distribuída por todo o país.

Neder (2008) elaborou um estudo onde aplica o enfoque multidimensional ao analisar o nível de pobreza rural para construir um índice de pobreza multivariada. Para tanto, o autor contempla as condições domiciliares, de saneamento, de mercado de trabalho e de educação, para os anos de 1995 e 2004. Os resultados dessa análise indicam que indicadores de pobreza multivariada possuem uma ordem bastante diferente para os Estados do Brasil, quando confrontados com a ordem do indicador de pobreza fundamentado na escassez de renda, principalmente para o ano de 2004.

Diniz e Diniz (2009) buscam analisar para os anos de 1992 e 2002 a pobreza sob o aspecto multidimensional, através da elaboração de um indicador síntese com a finalidade de medir a pobreza dos estados do Brasil. Para tal, utilizam como fundamento a Abordagem das Capacitações e como ferramenta metodológica a técnica dos Conjuntos *Fuzzy*, o qual tornou possível o cálculo de um indicador para as  $n$  dimensões relevantes e agregação em um escalar para o indicador-síntese de pobreza multidimensional. Os estados que então apresentassem maiores índices, seriam os que possuiriam maior pobreza do ponto de vista multidimensional. Como forma de reduzir o grau de arbitrariedade na escolha das dimensões de pobreza consideradas, os autores adotam como referência os objetivos e as metas referentes aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ONU 2001) <sup>4</sup>.

Foram utilizadas diferentes bases de dados de acordo com cada indicador composto conforme os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, e ainda dados secundários do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) / IPEADATA, do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e DATASUS disponibilizados pelo Ministério da Saúde. Os principais resultados encontrados pelos autores indicam que há uma demarcação espacial bem definida no Brasil, com os dez piores índices localizados nas regiões Norte e Nordeste, e com menores índices de pobreza multidimensional se encontram os estados das regiões Sul e Sudeste. Também foi constatado que o estado do Rio de Janeiro assume uma posição mediana

---

<sup>4</sup> Para maiores detalhes, ver ONU. Nações Unidas Declaração do Milênio: Technical Report, Organização das Nações Unidas, 2001.

na distribuição do indicador de pobreza multidimensional entre os estados, o que leva a crer que esse estado apresenta dificuldades no sentido de funcionamentos bastante significativas. Surpreendentemente, os autores encontraram correlação negativa entre o índice multidimensional de pobreza calculado e a algumas variáveis (PIB, transferências públicas federais para os estados, volume dos gastos sociais e os investimentos) que de início acreditava-se poderiam exercer influência sobre o baixo desempenho no alcance dos Objetivos do Milênio para os estados mais pobres do país, situados nas regiões Norte e Nordeste.

Albuquerque (2011) realiza um estudo para verificar a pobreza multidimensional no estado do Paraná nos anos de 1995 e 2009. Com base nos dados fornecidos pela PNAD para os anos de 1995 e 2009 e na metodologia para a construção do IDF (Índice do Desenvolvimento das Famílias) proposta por Barros, Carvalho e Franco (2006) obteve um índice de pobreza domiciliar. Diferenciando do IDF, a autora considerou para o cálculo do índice de pobreza domiciliar a análise da unidade domiciliar e não das famílias. Foram elencados 6 dimensões, 18 componentes e 21 indicadores ou variáveis.

O estudo teve como resultados, a partir desse indicador multidimensional de pobreza, que há uma expressiva proporção de pobres em meio a população paranaense, com um percentual de 27,9% em 1995 e 20,4% em 2009. Entre as regiões metropolitana, urbana e rural analisadas, a pobreza foi mais significativa na região rural, onde os indicadores se apresentaram sensivelmente maiores, principalmente para as dimensões demografia e saneamento. Também foi constatada a ocorrência de profundas reduções na vulnerabilidade dos domicílios analisados. Na comparação com os resultados alcançados a partir da análise unidimensional, o indicador de pobreza e extrema pobreza multidimensional revelou uma pobreza maior para os domicílios.

### 2.2.1 Pobreza Multidimensional no Nordeste

No que se refere à literatura nacional em que se aborda a pobreza nordestina sob o enfoque multidimensional, destacam-se os trabalhos de Silva (2009); Caldas e Sampaio (2012); Barroso, Salvato e Matias (2012); Alencar (2012); Araújo, Tabosa e Moraes (2013); Ottonelli (2013); Quintela, Alves e Silva (2013); Barros (2014).

Silva (2009), objetivando realizar um estudo da pobreza nordestina no Brasil sob o aspecto multidimensional, realiza uma análise fatorial de correspondências múltiplas e utiliza variáveis qualitativas escolhidas a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1995, 1999, 2002 e 2006. A autora conclui que no tratamento da pobreza

por uma única dimensão há uma negligência da pobreza real, dado que para os anos analisados os indicadores multidimensionais não foram harmônicos com os indicadores unidimensionais.

Caldas e Sampaio (2012) utilizam dados da PNAD 2009 para mapear a pobreza no Nordeste no que se refere à ausência de itens de consumo e habitação e realizam uma comparação com a insuficiência de renda. Chegam à conclusão de que a região nordestina apresentou um dos mais elevados percentuais de domicílios sem acesso a itens de habitação e consumo, e ainda apresentou o pior desempenho em termos absolutos comparativamente as demais regiões. Esse estudo ainda apontou para o fato da presença de muitos domicílios abaixo da linha da pobreza, mas que não se verificou carência nas dimensões que foram analisadas.

Barroso, Salvato e Matias (2012) analisam a pobreza nordestina sob a ótica multidimensional, para tal utilizam dados fornecidos pela POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) para os anos de 2008-2009 e partir desses dados construíram dois índices para medir a pobreza não monetária da Região Nordeste: índice normalizado de altura-por-idade como um *proxy* para o indicador de saúde, tendo como referência os valores sugeridos pela ONU (Organização das Nações Unidas); e um índice de bens, que serve como uma *proxy* do acesso aos bens básicos da economia. Foi utilizado para a elaboração do índice de bens o modelo ACM (Análise de Correspondência Múltipla) por meio de um conjunto de variáveis discretas binárias, como proposto em Asselin (2002). O trabalho utiliza uma abordagem bidimensional para mensurar a pobreza multidimensional no Nordeste brasileiro, na qual em uma dimensão é elaborado um indicador composto de pobreza, por meio de um índice de bens e outra dimensão de saúde, levando em consideração os *Z scores* do índice altura-por-idade da população em análise. Esse indicador composto possui seus pesos determinados por uma análise multivariada dos dados, isto é, por uma abordagem inercial, em que se utiliza um modelo ACM. Os autores também utilizaram uma análise ordinal por meio de testes de dominância unidimensionais e bidimensionais estocásticas.

Os principais resultados encontrados no estudo evidenciam a não dominância estocástica significativa para todo o domínio das linhas de pobreza nutricional e de acesso a bens básicos, porém foi observada evidência estatística de que há dominância estocástica significativa para subconjuntos dos domínios das linhas de pobreza. Com respeito à análise de dominância unidimensional, não ocorreu dominância de nenhum estado sobre o outro para todo o domínio de linhas de pobreza nutricional ou de bens. Nesse contexto, a pobreza

nutricional se mostrou maior no estado do Maranhão, seguido pelo estado de Alagoas e depois pelo estado do Ceará.

Com relação ao exame da dominância bidimensional, os resultados indicaram que não existe dominância da pobreza bidimensional de um estado sobre os demais para todo o domínio das linhas de pobreza nutricional e de bens, porém somente para os seus subconjuntos. Entre os estados de Sergipe e do Ceará há presença de dominância bidimensional de Sergipe sobre o Ceará, para os valores da linha de pobreza nutricional, tendo em conta algum valor da linha de pobreza do indicador de bens, porém o oposto não ocorre. Também não ocorreu dominância bidimensional de Sergipe sobre o Ceará quando se considerou valores da linha de pobreza do índice de bens acima de 10, tendo em conta qualquer valor para linha de pobreza nutricional.

Outro resultado importante é a dominância estocástica bidimensional da pobreza apresentada pelo estado do Rio Grande do Norte sobre o Maranhão, no entanto os estados de Sergipe e Rio Grande do Norte se destacaram por apresentarem as maiores áreas significativas desse tipo de dominância sobre os demais estados.

Alencar (2012) com base nos dados fornecidos pela PNAD para os anos de 2001 e 2009 busca por meio da construção de indicadores de pobreza multidimensional analisar a evolução da pobreza no nordeste brasileiro sob o enfoque multidimensional e compara o grau multidimensional de pobreza dos grupos mais vulneráveis e para tal faz uso da metodologia proposta por Barros, Carvalho e Franco (2003). Esse estudo obteve como resultado a presença de grandes disparidades de desempenho entre as dimensões observadas, apesar de uma tendência observada de redução da pobreza. Para o ano de 2001 o índice de pobreza sintético para a região Nordeste foi de 0,6002, ou seja, apresentou-se 8,89% menor em relação ao índice calculado para o Brasil que foi de 0,6536. Também se constatou que o estado de Pernambuco apresentou o maior IDF na região Nordeste para o ano de 2001. Entretanto, esse resultado foi 5,97% aquém da média brasileira, e o estado do Maranhão apresentou o menor índice. Para o ano de 2009 o IDF nordestino foi de 0,7376 que foi 6,28% menor que a média nacional de 0,7839. O estado com maior IDF da região obtido nesse último ano foi o Ceará, resultado esse 4,21% abaixo da média brasileira, e o com menor o estado de Alagoas ficando 8,68 % da média nacional.

Araújo, Tabosa e Moraes (2013) analisam a pobreza sob uma perspectiva multidimensional no Nordeste do Brasil com base em dados da PNAD para o ano de 2009. Para tal, utilizaram a metodologia de Análise de Correspondência Múltipla (ACM) e do Índice Multivariado de Pobreza (IMP) proposto por Asselin (2002). Os autores obtiveram

como principais resultados que o percentual de pobres calculado unicamente pela abordagem da insuficiência de renda mostrou-se menor do que a proporção no qual a análise seguiu a concepção multidimensional. Isto é, os indicadores multidimensionais não foram condizentes com os unidimensionais para todos os estados nordestinos brasileiros. O que reforça a ideia de que a análise via abordagem multidimensional se mostra mais compatível com a realidade. Em números, a pobreza multidimensional na região nordeste foi de 44,5%, ao passo que a pobreza sob o aspecto unidimensional foi de 33,55% para o ano de 2009. Os autores ainda observam que os estados do Maranhão e do Piauí foram os que apresentaram a maior proporção de pobres entre os estados da região, e ainda possuem a maior pobreza multidimensional.

Otonelli (2013) com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE estuda a pobreza dos municípios da região Nordeste, também sob a abordagem multidimensional, abordagem das capacitações de Sen, e utiliza como ferramenta metodológica da aplicação da técnica da Teoria dos Conjuntos *Fuzzy* que permite elaborar o cálculo de índice relativo. O cálculo do Índice *Fuzzy* de Pobreza se deu através da opção de 19 indicadores que foram distribuídos em quatro capacitações: educação, saúde, condições habitacionais e renda. Como resultado constatou-se que a ocorrência de maior pobreza com relação à dimensão renda, no entanto as capacitações educação e saúde também apresentaram importância no indicador de pobreza multidimensional. A autora chama a atenção dos formuladores de políticas públicas para os indicadores de acesso ao ensino fundamental e ensino médio e ao acesso aos serviços de saneamento básico, coleta de lixo e rede de água.

Quintela, Alves e Silva (2013) com o objetivo de mensurar a pobreza no Nordeste brasileiro tomaram como base a metodologia empregada pelo PNUD e proposta por Alkire e Santos (2010) e adaptaram-na aos dados fornecidos pelo IBGE dos Censos Demográficos para os anos de 2000 e 2010. Os autores constaram uma redução na incidência da pobreza passando de 24% da população nordestina em 2000 para 12% em 2010. O mesmo padrão foi seguido nos estados que formam a região, destacando-se o ano de 2000, no qual os estados do Maranhão e do Piauí mostraram maior concentração de municípios de indivíduos multidimensionalmente pobres, situação que se repetiu no estado do Maranhão no ano de 2010.

Barros (2014) analisa a pobreza nordestina pelo aspecto unidimensional e multidimensional, com base nos dados fornecidos pela PNAD, para os anos de 2009 e 2012; por meio da abordagem do Índice Multivariado de Pobreza (IMP) proposto em Asselin (2002), que utiliza a técnica de Análise de Correspondência Múltipla (ACM). Como resultado

se verifica que sob o prisma multidimensional a pobreza na região Nordeste atingiu aproximadamente 57% de sua população em 2009, ao passo que, para a análise da pobreza unidimensional alcançou 35,55% da população nordestina para o mesmo ano.

O resultado para a proporção de pobres através do índice multidimensional mostrou que o estado do Rio Grande do Norte foi o que apresentou a maior proporção de pobres, aproximadamente 66,44% de sua população em 2009; enquanto o estado do Maranhão apresentou a menor proporção de pobres no mesmo ano, atingindo 45,27% de sua população. Em 2012, a situação se inverte e o estado do Maranhão passa a ter a maior proporção de pobres, com 51,03% de sua população, e o do Rio Grande do Norte com a menor proporção com 34,57% de sua população.

A partir desses resultados encontrados, o estudo chega à conclusão de que o índice de pobreza calculado com a análise multidimensional para os anos de 2009 e 2012 foram maiores que os resultados obtidos com a análise unidimensional no mesmo período. De tal modo, o autor também conclui que o uso da abordagem multidimensional é mais objetivo para a análise da pobreza, uma vez que com essa abordagem foi possível visualizar resultados mais contundentes para o real nível de pobreza da população nordestina.

As evidências empíricas que tratam da pobreza multidimensional do Nordeste até aqui apresentadas, reforçam a importância do contínuo estudo da pobreza nessa região, visto que quando confrontada com as demais regiões, independente das metodologias utilizadas, o Nordeste sempre apresenta os piores resultados. Outro ponto importante consiste em se realizar a análise da pobreza sob um ponto de vista multidimensional, pois geralmente quando comparada a pobreza sob um enfoque unidimensional com a pobreza de cunho multidimensional, essa última é sempre maior.

No próximo capítulo detalhar-se-á a metodologia, a base de dados e os procedimentos de pesquisa utilizados para a elaboração da presente pesquisa.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 BASE DE DADOS

Os dados utilizados no presente estudo foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram utilizadas 32.858 observações, que expandidas, representaram 12.641.485 de domicílios nordestinos no ano de 2003, e 32.294 observações que representaram 16.472.674 de domicílios do Nordeste no ano de 2012. Realizou-se um recorte espacial da região Nordeste desses dados para os anos de 2003 e 2012.

A PNAD foi implementada a partir do segundo trimestre de 1967 no Brasil, inicialmente com periodicidade trimestral e cobertura geográfica parcial, sendo restrita apenas as cinco regiões geográficas. Em 1970 foi interrompida devido ao VIII Recenseamento Geral, sendo reiniciada no quarto trimestre de 1971, para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande Sul, seguindo até o final de 1973 no qual foi introduzida a área urbana das regiões Norte e Centro-Oeste para a pesquisa. Em 1975, foi outra vez descontinuada por causa da realização do ENDEF (Estudo Nacional da Despesa Familiar). No ano seguinte a pesquisa foi retomada indo até o ano de 1979, com base anual. A área rural da região Centro-Oeste começou a integrar a pesquisa a partir de 1982, e a partir de 2004 a pesquisa consegue abranger todo o território nacional com a inserção das áreas rurais da região Norte, com exceção do estado de Tocantins.

Tendo como referência o mês de setembro, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) investiga anualmente, exceto em anos nos quais são realizados os censos demográficos, de maneira permanente uma diversidade de características gerais com relação a população, educação, trabalho, rendimento e habitação, em que a população de interesse consiste nos domicílios brasileiros e nas pessoas que neles residem. Adicionalmente em períodos variáveis e dependendo de necessidades de informação para o país, a pesquisa aborda outros temas como as propriedades sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, dentre outras temáticas. Essa pesquisa possui abrangência nacional com desagregação geográfica, a saber: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas que incluem os municípios das capitais. Sendo assim, as unidades geográficas de menores proporções como os municípios, distritos e setores não são representados pela PNAD.

A natureza dos dados fornecidos pela PNAD possuem algumas restrições que precisam ser levados em consideração no momento da análise dos resultados. Hoffmann (1988);

aponta essas restrições, a) informações acerca do consumo das famílias e ao autoconsumo das famílias que sobrevivem da agricultura não estão presentes na pesquisa; b) a subdeclaração dos rendimentos mais altos leva a uma subestimação da renda nacional e do grau de desigualdade da distribuição da renda pessoal; c) alguns aspectos relacionados à metodologia de coleta de dados através de questionários podem contribuir para subestimar a renda total declarada pelos indivíduos entrevistados; e d) não é levado em consideração por parte da pesquisa a parcela da população sem moradia fixa. Mesmo com essas limitações, a PNAD em seus 44 anos de realização, se configurou em um importante instrumento de formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da condição de vida no Brasil.

Por meio dos dados fornecidos pela PNAD e da metodologia proposta por Barros, Carvalho e Franco (2003) adaptada para este trabalho, foi possível a construção do índice de pobreza multidimensional para a região Nordeste.

## 3.2 PROCEDIMENTO DE PESQUISA

### 3.2.1 Composição do Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) para a Região Nordeste

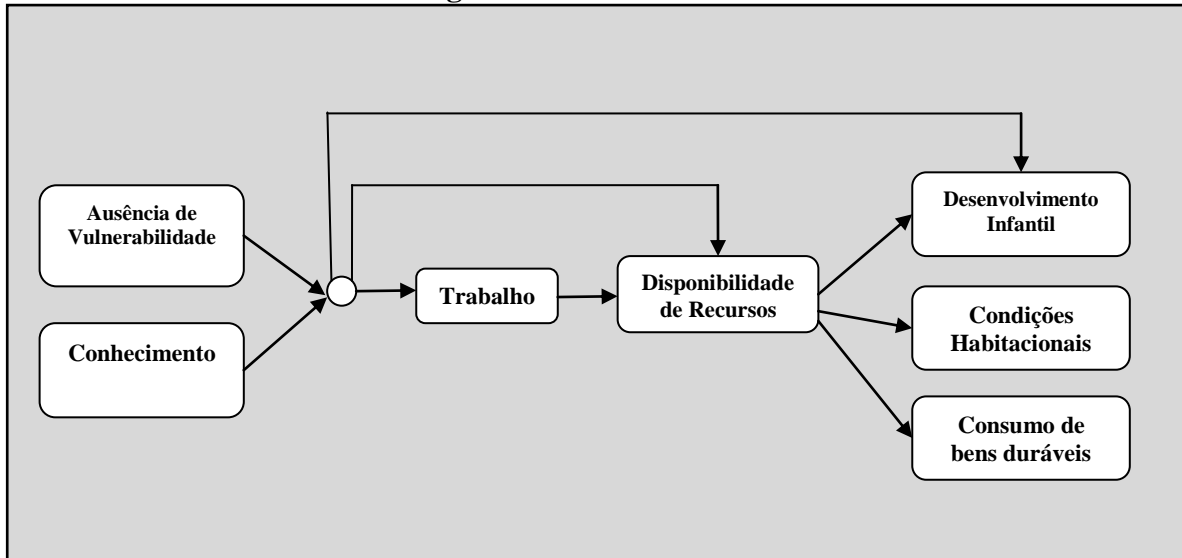
Nesta seção descreve-se o procedimento metodológico que foi realizado para a construção e cálculo do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). O IDF, além de possibilitar o cálculo no nível de cada família, possui características que permitem que este seja relativamente simples e adicionalmente agregável, tornando possível a obtenção do nível de desenvolvimento de qualquer grupo demográfico.

Segundo Barros, Carvalho e Franco (2003), O IDF se adapta às informações básicas contidas no questionário da PNAD, e a partir dessas informações esse índice pode ser composto em dimensões que representam as condições de vida da população. Fazendo as adaptações de nomenclatura necessárias ao modelo original, a fim de atender os objetivos do presente estudo, o modelo para a construção do IDF é descrito como se segue.

No presente trabalho o IDF foi dividido em sete dimensões de pobreza, avaliadas com base nas informações da PNAD e sintetizadas no indicador multidimensional, a saber: i) ausência de vulnerabilidade domiciliar; ii) acesso ao conhecimento; iii) acesso ao trabalho; iv) disponibilidade de recurso; v) desenvolvimento infantil; vi) condições habitacionais e vii) consumo de bens duráveis. Cada qual dessas sete dimensões representa, em parte, o acesso aos meios necessários para que as famílias sejam capazes de satisfazer as suas necessidades,

e, e outra parte a consecução de fins, ou seja, a efetiva satisfação de tais necessidades. A Figura 1 mostra essa relação.

**Figura 1 - Dimensões do IDF**



Fonte: Elaboração própria com base em Barros, Carvalho e Franco (2003)

Conforme a metodologia proposta por Barros, Carvalho e Franco (2003), a construção do IDF no presente trabalho teve como base as informações básicas contidas no questionário da PNAD para cada ano analisado, 2003 e 2012. Dada a sua linearidade, utilizada tanto na agregação da pobreza de diversas famílias como na agregação das dimensões relativas à pobreza, o IDF ainda permite que se obtenha o grau de pobreza de toda a população com relação cada uma das dimensões da pobreza. Para esta pesquisa será realizado o mesmo procedimento.

No entanto, a diferença consiste no número de dimensões que totalizam 7, nos componentes que totalizam 26, e nos indicadores, ou variáveis que são 45. A análise é voltada à unidade domiciliar. Foram atribuídos pesos idênticos a todas as variáveis pertencentes ao mesmo componente, bem como a todos os componentes de uma mesma dimensão e ainda para todas as dimensões. O peso atribuído para variáveis de diferentes componentes não é o mesmo, uma vez que tanto o número de componentes por dimensão como o número de variáveis por componentes variam. Entretanto, a ponderação é padronizada de tal modo para que fosse possível que o grau de pobreza de cada domicílio variasse entre 0 (para os domicílios absolutamente pobres) e 1 (para os domicílios sem qualquer traço de pobreza).

As sete dimensões se estendem em componentes que, ao seu turno, demandam diferentes indicadores para representá-los. Os componentes que definem as sete dimensões de análise, bem como os indicadores que os representam são descritos no Quadro 1.

Na dimensão 1 estão presentes os componentes, assim como os respectivos indicadores que tratam da ausência de vulnerabilidade familiar, que pode ser entendida como o montante adicional requerido pela família para satisfazer suas necessidades essenciais, com respeito ao que seria requerido por uma família-padrão. Entre as sete dimensões consideradas, esta é a única que não representa nem meios, nem fins. A ausência de vulnerabilidade pode ser diferenciada entre cinco componentes, que são: Fecundidade, Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens, atenção e cuidados especiais com idosos, dependência econômica e presença de mãe.

Algumas considerações devem ser feitas com relação à definição de alguns componentes utilizados na construção dos indicadores da dimensão em questão.

Neste trabalho serão consideradas crianças os indivíduos dentro do recorte etário de 0 a 9 anos; criança e adolescente de 0 a 17 anos; criança, adolescente e jovem de 0 a 24 anos e idosos os indivíduos com idade de 60 anos ou mais.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989, são consideradas crianças os indivíduos com idade de 0 até 18 anos. Mas, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Brasil disposto na Lei n. 8.069, 13/07/1990, estabelece que criança seja toda pessoa que se encontre dentro da faixa etária de 0 até 12 anos de idade incompletos e adolescente o indivíduo com idade entre 12 e 18 anos. A ONU (Organizações das Nações Unidas) considera jovens aqueles indivíduos com idades entre 15 e 24 anos, já o Estatuto da Juventude, no Brasil estabelecido pela Lei n. 12.852, de 05/08/2013, define jovens como sendo as pessoas de 15 a 29 anos de idade.

Com relação à definição de idosos a OMS (Organização Mundial da Saúde), classifica como idosos as pessoas com mais de 65 anos para os países desenvolvidos e com mais de 60 anos para os países em desenvolvimento, sendo esta última realidade aplicada ao Brasil. De acordo com o glossário da PNAD do IBGE, cônjuge se refere à pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da unidade familiar, ou da família, em que pode existir vínculo matrimonial ou não, e pessoas em idade ativa são aquelas de 10 anos de idade ou mais.

**Quadro 1- Definição dos componentes e variáveis do Indicador Multidimensional de Pobreza**

<b>Componentes</b>	<b>Variáveis</b>
<b>Dimensão 1: Ausência de Vulnerabilidade</b>	
Fecundidade	V1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano V2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	V3. Ausência de criança V4. Ausência de criança ou adolescente V5. Ausência de criança, adolescente ou jovem
Atenção e cuidados especiais com idosos	V6. Ausência de idoso
Dependência econômica	V7. Presença de cônjuge V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa
Presença da mãe	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe
<b>Dimensão 2: Acesso ao Conhecimento</b>	
Analfabetismo	E1. Ausência de adulto analfabeto E2. Ausência de adulto analfabeto funcional
Escolaridade	E3. Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo E4. Presença de pelo menos de um adulto com ensino médio completo E5. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior
Qualificação profissional	E6. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta
<b>Dimensão 3: Acesso ao Trabalho</b>	
Disponibilidade de trabalho	T1. Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupada T2. Presença de pelo menos um trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual
Qualidade do posto de trabalho	T3. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal T4. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola
Remuneração	T5. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo T6. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos
<b>Dimensão 4: Disponibilidade de Recursos</b>	
Extrema pobreza	R1. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha da extrema pobreza
Pobreza	R2. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha de pobreza
Capacidade de geração de renda	R3. Maior parte da renda familiar não advém de transferências
<b>Dimensão 5: Desenvolvimento Infantil</b>	
Trabalho precoce	D1. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando D2. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando
Acesso à escola	D3. Ausência de criança até 6 anos fora da escola D4. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola D5. Ausência de criança de 7-17 fora da escola
Progresso escolar	D6. Ausência de criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso D7. Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto D8. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto
<b>Dimensão 6: Condições Habitacionais</b>	
Propriedade	H1. Domicílio próprio H2. Domicílio próprio ou cedido
Déficit habitacional	H3. Densidade de até dois moradores por dormitório
Abrigabilidade	H4. Material de construção permanente
Acesso a abastecimento de água	H5. Acesso adequado à água
Acesso à energia elétrica	H6. Acesso à eletricidade
Acesso a saneamento	H7. Esgotamento sanitário adequado H8. Presença de banheiro no domicílio ou na propriedade
Acesso à coleta de lixo	H9. Uso do banheiro ou sanitário é destinado exclusivamente ao domicílio H10. Lixo é coletado
<b>Dimensão 7: Consumo de bens duráveis</b>	
Acesso a fogão	C1. O domicílio possui fogão
Acesso à geladeira	C2. O domicílio possui geladeira

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

A dimensão 2, acesso ao conhecimento, é um importante meio que as famílias dispõem para satisfazer suas necessidades. Essa dimensão é composta por três componentes: analfabetismo, escolaridade e qualificação profissional, e por seis indicadores, ausência de adulto analfabeto, ausência de adulto analfabeto funcional, presença de pelo menos um adulto com fundamental completo, presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo, presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior, presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta.

Uma situação ideal para o primeiro indicador seria aquela em que sua proporção fosse igual a 1, isto é, que todos os adultos moradores de um domicílio fossem alfabetizados. Para valores abaixo de 1, é considerada uma privação relevante, pois uma situação como esta irá representar a presença de analfabetismo, baixo grau de escolaridade e qualificação profissional no domicílio.

Para essa dimensão foram considerados adultos os indivíduos com idade entre 25 e 59 anos. Com relação a alfabetização, foi levado em conta que o adulto analfabeto era aquele que não sabia ler e escrever e o adulto analfabeto funcional aquele com menos de 4 anos de estudo.

Em 1958 a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) definia como alfabetizada uma pessoa que possuísse a capacidade de ler e escrever, um enunciado simples relacionado à sua vida diária. No entanto, como reflexo das próprias mudanças sociais, esse conceito vem se redefinindo ao longo dos últimos anos e desde 1978 essa instituição vem adotando os conceitos de analfabetismo e analfabetismo funcional. Nesse sentido, é analfabeta funcional a pessoa incapaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.

Seguindo essa conceituação, a partir de 1990 o IBGE passa a divulgar índices de analfabetismo funcional, adotando o critério de não auto-avaliação dos entrevistados, mas sim o número de séries escolares concluídas. Considera que é alfabetizada a pessoa que sabe ler e escrever um recado ou bilhete simples no idioma que conhece, até mesmo a pessoa alfabetizada que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler ou escrever. No que diz respeito ao analfabetismo funcional passou a ser adotado o critério de que é analfabeto funcional o indivíduo com menos de quatro anos de estudo.

Do mesmo modo que é essencial assegurar que as famílias tenham acesso aos meios que necessitam, também, é de suma importância conceder-lhes a oportunidade de utilizá-los. Assim, o uso da capacidade produtiva dos indivíduos se concretiza na oportunidade de acesso

ao trabalho que venham a ter. O acesso ao trabalho é um dos casos mais comuns de oportunidade para a utilização de meios. A dimensão 3, acesso ao trabalho, dentre os múltiplos componentes que possui, são destacados: disponibilidade de trabalho, qualidade do posto de trabalho e remuneração. Para essa dimensão foram considerados membros em idade ativa as pessoas com 10 anos ou mais de idade.

Com relação à dimensão 4, disponibilidade de recursos, vale destacar que a renda familiar *per capita* representa um recurso fundamental, dado que grande parte das necessidades básicas de uma família pode ser atendida através da aquisição de bens e serviços no mercado. Essa dimensão é formada por três componentes e três indicadores, estes últimos são: renda familiar *per capita* superior à linha da extrema pobreza, renda familiar *per capita* superior à linha de pobreza e maior parte da renda familiar não advém de transferências.

Apesar do foco do presente estudo ser a análise da pobreza nordestina por meio da visão multidimensional que tem por base as abordagens das necessidades básicas e das capacitações, também se fez necessário utilizar linhas de pobreza e de extrema pobreza ou indigência. Desse modo, para a dimensão 4 as linhas de pobreza utilizadas para medir a pobreza multidimensional na região Nordeste brasileira nos anos de 2012 e 2003 foram de R\$ 311,00 e R\$ 84,00, respectivamente e corresponderam a  $\frac{1}{2}$  de salário mínimo no ano vigente. As linhas de extrema pobreza foram de R\$ 155,50 e R\$ 42,00 em 2012 e 2003, correspondendo a  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo em cada ano analisado.

A quinta dimensão que integra o indicador de pobreza multidimensional diz respeito ao desenvolvimento infantil e de acordo com a PNAD, é possível extrair três componentes: trabalho precoce, acesso à escola e progresso escolar.

Conforme Barros, Carvalho e Franco (2003), as condições habitacionais de uma família consistem em uma das principais dimensões que representam a qualidade de vida de uma família, isso se deve fundamentalmente a estreita relação que essa dimensão tem com as condições de saúde. Os sete componentes que formam a dimensão 6, são: propriedade, déficit habitacional, abrigabilidade, acesso a abastecimento de água, acesso a saneamento, acesso à coleta de lixo e acesso à energia elétrica.

A sétima e última dimensão que integra o indicador multidimensional de pobreza é composta de uma dimensão, acesso a bens duráveis, e de dois indicadores: o domicílio possui fogão e o domicílio possui geladeira. A escolha desses dois indicadores se justifica pela relevância que esses têm em especial às questões relacionadas com a alimentação, como é o caso do fogão e da geladeira.

### 3.2.2 Construção do Indicador Sintético Multidimensional

Como proposto em Barros, Carvalho e Franco (2003) foi utilizado o indicador sintético  $S$  derivado de uma série de indicadores básicos, em razão de ser essa a forma mais simples de elaboração de indicadores sintéticos de pobreza. Os pesos dados às dimensões e a seus componentes correspondentes são simétricos, isso se deve ao fato de não ser possível saber as preferências e os gostos da população que se analisa. Uma vez que para as variáveis de um mesmo componente são atribuídos pesos iguais, e às variáveis pertencentes a uma mesma dimensão e até mesmo essas últimas também recebam pesos idênticos, entretanto, uma vez que se alteram tanto a quantidade de componentes como o número de variáveis por componentes, o peso aplicado para as variáveis de componentes distintos não obedece à regra de que será sempre o mesmo.

Nesse sentido, a ponderação dos pesos obedece à regra de tal modo que o grau de pobreza para cada domicílio se situe entre 0 e 1. Em que, a variabilidade igual a 0 do grau de pobreza representa aqueles domicílios absolutamente pobres, ao passo que a variabilidade do grau de pobreza igual a 1 representa os domicílios sem qualquer traço de pobreza.

O indicador sintético global multidimensional de pobreza,  $S$ , pode ser representado de acordo com a seguinte especificação:

$$S = \frac{1}{7} \sum_{K=1}^7 \left( \frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \left( \frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{jki} \right) \right)$$

em que  $B_{jki}$  diz respeito ao  $i$ -ésimo indicador básico do  $j$ -ésimo componente da  $k$ -ésima dimensão,  $m_k$  o número de componentes da  $k$ -ésima dimensão,  $n_{jk}$  a quantidade de indicadores do  $j$ -ésimo componente da  $k$ -ésima dimensão.

Isto é, o indicador sintético de cada componente,  $S_{jk}$ , corresponde à média aritmética dos indicadores utilizados para a representação deste componente. Do mesmo modo, o indicador sintético de cada dimensão,  $S_k$ , é a média aritmética dos indicadores sintético dos seus componentes. E, finalmente o indicador sintético global,  $S$ , é a média aritmética dos indicadores sintéticos das sete dimensões que o compõem.

## 4 ANÁLISE DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO NORDESTE

São apresentados os procedimentos de análise que contemplam os resultados dos indicadores de pobreza multidimensional para o Nordeste no contexto brasileiro, e em seguida, o agrupamento dos componentes em três grupos: o primeiro aborda a ausência de vulnerabilidades, o segundo a educação, o trabalho e a renda e o terceiro grupo as análises sobre o desenvolvimento infantil, as condições habitacionais e o consumo de bens duráveis.

### 4.1 A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO NORDESTE E NO BRASIL PARA OS ANOS DE 2003 E 2012

A Tabela 2 mostra os resultados obtidos neste estudo para o indicador de pobreza calculado para o Nordeste e para o Brasil nos anos de 2003 e 2012. O grau de desenvolvimento dos domicílios nordestinos encontra-se, respectivamente, entre 6 e 5 pontos percentuais abaixo da média brasileira em 2003 e 2012. No entanto, com relação à taxa de variação da pobreza na região Nordeste em 2012, houve uma redução em 7,35%, enquanto o mesmo indicador para o Brasil foi reduzido em 5,41% no mesmo período. Isso significa que a despeito do menor desenvolvimento das famílias residentes na região Nordeste em relação às famílias brasileiras como um todo, há um processo mais favorável em direção às primeiras.

O grau de desenvolvimento das famílias nordestinas, em todas as suas dimensões, se encontram em piores condições do que todas as famílias brasileiras em conjunto nos dois anos analisados separadamente, mas houve uma sensível melhora na evolução da região Nordeste de 2003 para 2012, especialmente em relação à disponibilidade de recursos e acesso aos bens duráveis que superaram esses resultados para o país.

A vulnerabilidade familiar medida pela fecundidade, dependência econômica, presença da mãe no domicílio, e outras, evoluíram de forma importante, na mesma magnitude para a região Nordeste e para o Brasil em 11 e 10 p.p. No entanto, a evolução do acesso à educação mostrou piora no índice em -2,94% em 2012 em relação ao ano de 2003.

Esse é um resultado bastante apropriado, pois como pode ser observada na literatura empírica exposta no primeiro capítulo, os bons resultados obtidos para o Brasil se aliam aos bons resultados para as famílias do Nordeste, isto é, a pobreza sempre esteve relacionada aos ciclos econômicos em que nos períodos de bom desempenho econômico há uma redução do número de pessoas pobres, extremamente pobres ou proporcionalmente pobres no Brasil e em todas as suas regiões. Porém, como bem demonstram esses estudos, a pobreza nordestina se reduzia nos períodos de ascensão econômica nacional, mas ainda permanecia relativamente maior que no Brasil e nas demais regiões. O resultado do bom desenvolvimento das famílias

nordestinas em termos de desempenho recente corrobora com os resultados encontrados pela literatura nos quais indicam uma redução na pobreza do Nordeste.

**Tabela 2** - Indicadores multidimensionais da pobreza no Nordeste e Brasil, 2003 e 2012

Descrição	2003	2012	Varição (p.p.)	Varição (%)
<b>Brasil</b>	0,74	0,78	4	5,41
<b>Nordeste</b>	0,68	0,73	5	7,35
<b>Dimensão1 - Ausência de Vulnerabilidade (Brasil)</b>	0,69	0,79	10	14,49
<b>Dimensão1 - Ausência de Vulnerabilidade (Nordeste)</b>	0,66	0,77	11	16,67
Fecundidade	0,48	0,94	46	95,83
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	0,36	0,47	11	30,56
Atenção e cuidados especiais com idosos	0,73	0,70	-3	-4,11
Dependência econômica	0,78	0,78	0	0
Presença da mãe	0,97	0,98	1	1,03
<b>Dimensão 2 – Acesso ao Conhecimento (Brasil)</b>	0,36	0,37	1	2,78
<b>Dimensão 2 – Acesso ao Conhecimento (Nordeste)</b>	0,34	0,33	-1	-2,94
Analfabetismo	0,35	0,28	-7	-20
Escolaridade	0,43	0,32	-11	-25,58
Qualificação profissional	0,22	0,38	16	72,73
<b>Dimensão 3 – Acesso ao Trabalho (Brasil)</b>	0,67	0,67	0	0
<b>Dimensão 3 – Acesso ao Trabalho (Nordeste)</b>	0,55	0,57	2	3,64
Disponibilidade de trabalho	0,93	0,95	2	2,15
Qualidade do posto de trabalho	0,44	0,48	4	9,09
Remuneração	0,29	0,27	-2	-6,90
<b>Dimensão 4 – Disponibilidade de Recursos (Brasil)</b>	0,82	0,87	5	6,10
<b>Dimensão 4- Disponibilidade de Recursos (Nordeste)</b>	0,67	0,77	10	14,93
Extrema pobreza	0,77	0,84	7	9,09
Pobreza	0,51	0,59	8	15,69
Capacidade de geração de renda	0,73	0,87	14	19,18
<b>Dimensão 5 – Desenvolvimento Infantil (Brasil)</b>	0,83	0,86	3	3,61
<b>Dimensão 5 – Desenvolvimento Infantil (Nordeste)</b>	0,80	0,84	4	5
Trabalho precoce	0,94	0,98	4	4,26
Acesso à escola	0,65	0,70	5	7,69
Progresso escolar	0,81	0,84	3	3,70
<b>Dimensão 6 – Condições Habitacionais (Brasil)</b>	0,89	0,91	2	2,25
<b>Dimensão 6 – Condições Habitacionais (Nordeste)</b>	0,84	0,87	3	3,57
Propriedade	0,82	0,80	-2	-2,44
Déficit habitacional	0,72	0,83	11	15,28
Abriabilidade	0,94	0,97	3	3,19
Acesso a abastecimento de água	0,99	0,87	-12	-12,12
Acesso à energia elétrica	0,92	0,99	7	7,61
Acesso a saneamento	0,78	0,86	8	10,26
Acesso à coleta de lixo	0,70	0,77	7	10
<b>Dimensão 7 – Consumo de Bens Duráveis (Brasil)</b>	0,92	0,98	6	6,52
<b>Dimensão 7 – Consumo de Bens Duráveis (Nordeste)</b>	0,81	0,95	14	17,28
Acesso a fogão	0,93	0,97	4	4,30
Acesso à geladeira	0,69	0,93	24	34,78

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

Mais precisamente, em 2003 os piores indicadores da pobreza nordestina se concentraram nas dimensões de acesso ao conhecimento (0,34) e acesso ao trabalho (0,55), o que denota que 66% e 45% dos domicílios nordestinos não possuíam acesso ao conhecimento e ao trabalho, respectivamente. No ano de 2012 os piores indicadores apresentados também foram os relativos às dimensões acesso ao conhecimento e acesso ao trabalho, isto é, 67% e 43 % das famílias residentes no Nordeste não tinham acesso ao conhecimento e ao trabalho.

Ao se comparar o desenvolvimento das famílias nordestinas, com o desenvolvimento das famílias brasileiras no que diz respeito ao acesso ao conhecimento, os índices apresentados para o Brasil de acesso ao conhecimento também evidenciam o baixo desenvolvimento das famílias brasileiras nesse quesito; no entanto, os resultados apresentados pelo Nordeste nos dois anos foram inferiores aos apresentados para o Brasil.

Para o ano de 2003 essa diferença foi menos intensa, o Brasil teve um índice de 0,36 e o Nordeste de 0,34, isto é, respectivamente 64% e 66% dos domicílios brasileiros e nordestinos não possuíam acesso ao conhecimento adequado. Em 2012, o índice de acesso ao conhecimento brasileiro foi de 0,37 e o nordestino de 0,33, ou seja, 63% dos domicílios brasileiros e 67% dos domicílios nordestinos eram privados de acesso ao conhecimento. Nessa dimensão a região Nordeste obteve uma diferença de 4 pontos percentuais em relação à proporção brasileira. Mais uma vez, como exposto na literatura sobre a persistência da pobreza, se percebe que os resultados nordestinos acompanham os resultados obtidos para o Brasil, mas os resultados sempre se mostram desfavoráveis ao Nordeste.

Com relação à comparação entre Nordeste e Brasil da dimensão acesso ao trabalho, os resultados obtidos para o Brasil nos dois anos foram relativamente bons, o mesmo não se pode dizer para o Nordeste. O índice de desenvolvimento brasileiro na perspectiva do acesso ao trabalho em 2003 foi de 0,67 enquanto que para o Nordeste foi de 0,55, o que se configurou em uma diferença de 12 pontos percentuais em relação à média brasileira. Porém, no que se refere à variação dessa dimensão para o Brasil no período analisado o resultado foi nulo, ou seja, não ocorreu melhoria no acesso ao trabalho para o Brasil. Já a variação nesse quesito para o Nordeste foi superior à variação brasileira em 2 pontos percentuais.

Em 2012 o índice brasileiro de acesso ao trabalho foi de 0,67, enquanto esse mesmo índice para o Nordeste foi de 0,57, uma diferença de 10 pontos percentuais. Os valores obtidos pelos índices da dimensão acesso ao trabalho em 2012 mostram que 33% das famílias brasileiras e 43% das famílias residentes na região Nordeste eram privadas do acesso ao trabalho.

Em suma, os dados da pesquisa expostos na Tabela 2 permitem afirmar que em 2003, as maiores diferenças entre os níveis de desenvolvimento dos domicílios do Brasil e do Nordeste encontram-se no acesso ao trabalho, na disponibilidade de recursos e no consumo de bens duráveis; em 2012, tais diferenças se reproduzem, com exceção da melhoria da situação nordestina em relação ao acesso aos bens duráveis.

As condições habitacionais, o desenvolvimento infantil, a ausência de vulnerabilidade e o acesso ao conhecimento, são aspectos em que as diferenças nos índices de pobreza entre o Brasil como um todo e a região Nordeste são menos pronunciadas. Nos três primeiros aspectos os indicadores são favoráveis, mas em relação à educação o país e a região padecem de problemas histórico-estruturais não resolvidos.

Na abordagem das capacitações, exposta no capítulo 2, há a preocupação sobre o cerceamento da liberdade provocada pela privação de educação. Segundo essa abordagem, a liberdade é um elemento substantivo na vida das pessoas e privá-las dessas liberdades individuais afeta o desenvolvimento do país e mais ainda, da região.

No que se refere à trajetória dos índices de pobreza multidimensional, os destaques para a região Nordeste quando comparadas ao Brasil estão nas dimensões consumo de bens duráveis e disponibilidade de recursos, aspectos em que o Nordeste avançou mais do que o Brasil. Por outro lado, o acesso ao conhecimento foi particularmente mais problemático no Nordeste.

Por fim, é importante enfatizar que trabalho e renda na região Nordeste são temas que exigem mais atenção do poder público, pois a distância verificada no índice de pobreza em relação ao país é significativa.

## 4.2 O DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS DO NORDESTE SEGUNDO AS DIMENSÕES DO IDF

### 4.2.1 A Ausência de Vulnerabilidade

O objetivo da dimensão ausência de vulnerabilidade é medir a vulnerabilidade familiar no que se refere ao montante adicional requerido pelas famílias para satisfazer suas necessidades essenciais. A presença, por exemplo, de gestantes e crianças faz aumentar a vulnerabilidade das famílias, pois aumenta o volume de recursos necessários para a satisfação de suas necessidades, assim como a presença de idosos, ausência do cônjuge, a ausência da mãe são também aspectos relevantes para a compreensão das vulnerabilidades das famílias.

A Tabela 3 mostra que no ano de 2012 houve uma melhora significativa em relação aos anos de 2003 dado que o índice dessa dimensão variou positivamente em 11 p.p. O

componente com os menores índices de desenvolvimento apresentados tanto em 2003 como em 2012 foi o relativo à atenção e cuidados especiais com crianças adolescentes e jovens que mede a ausência de criança, adolescente ou jovem no domicílio, consistindo em 0,36 e 0,47, respectivamente. Ou seja, 64% dos domicílios da região Nordeste no ano de 2003 contavam com a presença de criança, adolescentes ou jovens, e em 2012 essa proporção fora de 53% desses domicílios. Houve evolução neste aspecto, mas como há uma presença considerável de crianças, adolescentes e jovens nas famílias, muitos recursos ainda são necessários para satisfazer as necessidades das famílias.

Já o componente que obteve a menor evolução no período foi o que diz respeito à atenção e cuidados especiais com idosos. Em 2003 era 0,73 e em 2012 correspondeu a 0,70, o que ocasionou uma redução de 3 p.p., colaborando para o aumento do índice de pobreza. Essa condição é desfavorável do ponto de vista da vulnerabilidade domiciliar nordestina, entretanto, pode ser atribuída ao aumento da expectativa de vida do brasileiro ao nascer. O envelhecimento da população exige gastos adicionais com os idosos, o que contribui para o problema de desenvolvimento nas famílias nordestinas.

Conforme informações do IBGE, em 2003 a esperança de vida do brasileiro ao nascer era de 71,3 anos já em 2012 essa mesma expectativa de vida passa para 74,6 anos.

A Tabela 3 mostra os IDF's da dimensão ausência de vulnerabilidade familiar, dos seus componentes e indicadores para os anos de 2003 e 2012.

**Tabela 3** - Dimensão 1: indicadores dos componentes da dimensão ausência de vulnerabilidade no IDF Nordeste, 2003 e 2012

Ausência de vulnerabilidade	IDF da dimensão			
	Nordeste		Brasil	
	2003	2012	2003	2012
	0,66	0,77	0,69	0,79

Componente	IDF do componente		Indicadores/variáveis	IDF da variável	
	2003	2012		2003	2012
Fecundidade	0,48	0,94	V1. Nenhuma Mulher teve filho nascido vivo no último ano	0,9467	0,9666
			V2. Nenhuma Mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos	0,0213	0,9217
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	0,36	0,47	V3. Ausência de criança	0,5357	0,6380
			V4. Ausência de criança ou adolescente	0,3289	0,4375
			V5. Ausência de criança, adolescente ou jovem	0,2199	0,3205
Atenção e cuidados especiais com idosos	0,73	0,70	V6. Ausência de idoso	0,7274	0,7018
Dependência econômica	0,78	0,78	V7. Presença de cônjuge	0,6853	0,6475
			V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa	0,8665	0,9157
Presença de mãe	0,97	0,98	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido	0,9962	0,9976
			V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe	0,9472	0,9602

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

Ainda assim, quando são comparados os componentes que formam o índice de desenvolvimento pela dimensão em tratamento no ano de 2012, verticalmente, há menos vulnerabilidade das famílias residentes na região Nordeste no que diz respeito à fecundidade, atenção e cuidados especiais com idosos, dependência econômica e presença de mãe. Permanece o problema no tocante aos cuidados com as crianças, adolescentes e jovens.

Especificamente, o componente fecundidade capta informações sobre não haver no domicílio mulheres que tenham dado à luz no último ano e nos dois últimos anos e faz referência às necessidades especiais nutricionais e em atendimento médico que surgem devido à presença de crianças em período de amamentação.

O indicador V1 (nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano) para o ano de 2012 revela que em 96,66% dos domicílios pertencentes à amostra estudada para a região Nordeste não havia presença de mulher que tivesse tido filho nascido vivo no último ano, já o indicador V2 (nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos) revelou que em

92,17% desses domicílios não há presença de mulher que tenha tido filho nascido vivo nos últimos dois anos.

Esse resultado para o aumento na proporção dos indicadores V1 e V2, mostra a realidade apresentada pela redução da taxa de fecundidade no Brasil, que de acordo com o IBGE apresentou uma queda de 20,1%. Dados do Censo Demográfico de 2000 revelavam uma taxa de 2,38 filhos por mulher, passando a ser de 1,9 filhos por mulher de acordo com o Censo Demográfico de 2010.

Essa baixa taxa de fecundidade também pode ser explicada por um novo perfil observado na mulher brasileira, tendo alcançado maior participação no mercado de trabalho. Para se ter uma visão desse panorama, de acordo com o IBGE, em 2003 o nível de ocupação para as mulheres, isto é, o contingente de ocupados em relação ao total da PIA (População em Idade Ativa) foi de 40,5% passando para 45,3% em 2011. Outro dado aponta para o crescimento em 1,8 pontos percentuais (de 44,4% para 46,1%) da participação da mulher na população economicamente ativa (PEA) em 2011 em comparação a 2003.

A crescente busca por melhor qualificação educacional e profissional feminina consiste em mais um motivo para se entender a diminuição da fecundidade da mulher brasileira, o que acaba postergando um pouco mais a maternidade. Comparando os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, é possível observar que a idade média de fecundidade das mulheres brasileiras passou de 26,3 anos em 2000 para 26,8 anos em 2010. Conforme o IBGE, a maior participação na fecundidade está entre as mulheres entre 20 e 24 anos, mesmo assim, vem se observando um aumento na participação da fecundidade nacional de mulheres na faixa etária acima dos 30 anos.

A Tabela 4 revela a taxa de fecundidade total realizada pelo Censo e a sua diferença relativa para as grandes regiões geográficas brasileiras.

**Tabela 4** - Taxa de fecundidade total para as regiões geográficas do Brasil, 2000 e 2010

Grandes Regiões	Taxa de Fecundidade Total		Diferença Relativa 2000/2010 (%)
	2000	2010	
Brasil	2,38	1,90	-20,1
Norte	3,16	2,47	-21,8
Nordeste	2,69	2,06	-23,4
Sudeste	2,10	1,70	-19,0
Sul	2,24	1,78	-20,6
Centro-Oeste	2,25	1,92	-14,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

É possível perceber pelos dados dos Censos que o maior decréscimo na taxa fecundidade total entre as cinco regiões geográficas do Brasil, entre 2000 e 2010, ocorreu na região Nordeste que passou de 2,69 filhos por mulher em 2000 para 2,06 filhos por mulher em 2010 decrescendo relativamente em 23,4%, apesar de se manter acima da taxa de fecundidade nacional.

A Tabela 5 mostra a taxa de fecundidade total para os estados do Nordeste em 2000 e 2010 e nela pode-se observar que o estado nordestino que teve maior queda nessa taxa foi o Ceará quem em 2000 contava com uma taxa de fecundidade 2,84 filhos por mulher, passando para 2 filhos por mulher em 2010, com uma diferença relativa decrescendo em 29,7%. Ainda permanecem com taxas maiores de fecundidade os estados do Maranhão e Alagoas.

**Tabela 5** - Taxa de fecundidade total para os estados do Nordeste, 2000 e 2010

Estados	Taxa de Fecundidade Total		Diferença Relativa 2000/2010 (%)
	2000	2010	
<b>Brasil</b>	<b>2,38</b>	<b>1,90</b>	<b>-20,1</b>
<b>Nordeste</b>	<b>2,69</b>	<b>2,06</b>	<b>-23,4</b>
Maranhão	3,21	2,50	-22,1
Piauí	2,66	1,97	-26,1
Ceará	2,84	2,00	-29,7
Rio Grande do Norte	2,54	1,99	-21,5
Paraíba	2,53	1,97	-22,3
Pernambuco	2,48	1,90	-23,3
Alagoas	3,14	2,22	-29,2
Sergipe	2,75	2,00	-27,4
Bahia	2,50	2,03	-19,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Além da fecundidade, outros são os fatores favoráveis ao desenvolvimento das famílias como a dependência econômica, a atenção e cuidados especiais com idosos (apesar da variação deste indicador ter sido desfavorável ao desenvolvimento das famílias, comentado anteriormente) e a presença de mãe no domicílio.

A dependência econômica faz referência ao fato do domicílio se encontrar numa situação em que a renda domiciliar seja oriunda de uma pequena parcela dos seus membros, por exemplo, domicílios com um número proporcionalmente elevado de crianças ou idosos em relação à quantidade de adultos.

Para o cálculo da dependência econômica domiciliar foram considerados os indicadores V7 (presença de cônjuge) e V8 (mais da metade dos membros encontram-se em idade ativa).

Como se observa na Tabela 3, o alto resultado apresentado pelo indicador V8 no ano de 2003 e 2012 foi o principal responsável pelo bom resultado proporcionado pelo componente dependência econômica que foi de 0,78.

No Nordeste 64,75% dos domicílios contavam com a presença do cônjuge no ano de 2012 e em 2003, esse percentual fora de 68,53% desses mesmos domicílios, ou seja, uma piora em 5,52% do índice do indicador V7. Esse resultado pode ser explicado pelo visível crescimento das famílias de estrutura monoparentais. O índice obtido pelo indicador V8 em 2012 significou que 91,57% das famílias nordestinas tinham mais da metade de seus membros em idade ativa, o que representou uma melhoria desse indicador em 5,68% comparado ao ano de 2003. Isto é, houve uma diminuição na presença do cônjuge nas famílias nordestinas que foi compensada pelo aumento das pessoas em idade ativa dessas famílias.

A atenção e cuidados especiais com os idosos são representados pelo montante adicional requerido pelas famílias para satisfazer as necessidades com os seus membros idosos. Assim como a presença de crianças, adolescentes ou jovens em um domicílio aumenta a vulnerabilidade das famílias, o mesmo ocorre com a presença de idosos nas famílias, pois a presença desses grupos irá incorrer em despesas adicionais relacionadas a cuidados cotidianos, como zelar pela segurança e alimentação, e necessidades especiais em atendimento médico.

O componente atenção e cuidados especiais com idosos é mensurado através do indicador V6 (ausência de idoso), e como pode ser visualizado na Tabela 3 no ano de 2003 27,26% dos domicílios da região Nordeste contavam idosos. Essa mesma proporção é aumentada no ano de 2012 representando 29,82% dos domicílios nordestinos, resultado desfavorável do ponto de vista da vulnerabilidade familiar, mas favorável se levado em consideração o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, analisado anteriormente.

O componente “presença da mãe” é representado pelos indicadores V9 (não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido) e V10 (não existe criança no domicílio que não viva com a mãe); em 0,38% dos domicílios da região Nordeste em 2003 ainda contava com crianças órfãs de mãe, e em 2012 essa proporção foi reduzida para 0,24%. No ano de 2003 5,28% dos domicílios nordestinos tinham crianças que não viviam com as suas mães, e em 2012 essa percentagem passou para 3,98% desses domicílios.

Crianças que estão sendo criadas por terceiros têm maiores chances de estar desprotegidas e, dessa forma, podem trabalhar em atividades penosas e insalubres, ficar fora da escola ou doentes sem atendimento médico adequado, entre outros problemas. A ausência da mãe no domicílio aumenta a vulnerabilidade das famílias.

No Brasil, políticas sociais ressaltam a importância da presença da mãe como, por exemplo, o programa Bolsa família, quando concedem às mães a responsabilidade de receber e gerir o benefício. Relevantes também são as condicionalidades que visam manter o acompanhamento da saúde e educação das crianças.

O estudo de Silva e Barros (2006) observa que o IDF calculado para o período de 1993 a 2003 revelou que a região Nordeste, em termos de acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, e condições habitacionais ficou atrás em 15 p.p. com relação às demais regiões geográficas brasileiras. No entanto, também observa que sob o aspecto das vulnerabilidades das famílias, essas diferenças foram inferiores a 7 pontos percentuais.

#### 4.2.2 As Dimensões referentes à Educação, ao Trabalho e à Renda

No que diz respeito ao acesso ao conhecimento, entre todos os meios que uma família pode dispor para satisfazer suas necessidades, sem dúvida, o acesso ao conhecimento se encontra entre os mais importantes. Por essa dimensão é possível observar o desenvolvimento das famílias quanto ao analfabetismo, escolaridade e qualificação profissional.

Entre todas as sete dimensões, essa foi a que apresentou tanto pior resultado no nível de desenvolvimento familiar nos dois anos, quanto pior desempenho entre os anos estudados. Houve uma piora no índice de pobreza nessa dimensão em 2,94% no ano de 2012 em comparação ao ano de 2003, influenciada principalmente pela diminuição nos índices dos componentes analfabetismo e escolaridade que tiveram redução em seus índices em 20% e 25,58%, respectivamente, no ano de 2012 em relação ao ano de 2003 (Tabela 2).

A Tabela 6 mostra os índices de desenvolvimento familiar relativos à dimensão acesso ao conhecimento. Para o componente analfabetismo, o indicador E1 (ausência de adulto analfabeto) mostra que no ano de 2003 a proporção dos domicílios nordestinos com membros adultos analfabetos foi de 71,53% e em 2012 essa proporção foi de 76,13%. O segundo indicador E2 (ausência de adulto analfabeto funcional) indicou que 57,8% dos domicílios contavam com adulto analfabeto funcional no ano de 2003, e em 2012 essa proporção foi de 68,5%, assinalando a pobreza no nordeste.

Diante desses resultados, é possível inferir que os domicílios nordestinos que continham adultos analfabetos em 2003, no período seguinte, ou seja, no ano de 2012 os indivíduos desses domicílios mantiveram-se nessa mesma condição.

**Tabela 6** - Dimensão 2: indicadores dos componentes da dimensão acesso ao conhecimento no IDF Nordeste, 2003 e 2012

Acesso ao conhecimento	IDF da dimensão			
	Nordeste		Brasil	
	2003	2012	2003	2012
	0,34	0,33	0,36	0,37

Componente	IDF do componente		Indicadores/variáveis	IDF da variável	
	2003	2012		2003	2012
Analfabetismo	0,35	0,28	E1. Ausência de adulto analfabeto	0,2847	0,2387
			E2. Ausência de adulto analfabeto funcional	0,4220	0,3150
Escolaridade	0,43	0,32	E3. Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo	0,2733	0,5029
			E4. Presença de pelo menos de um adulto com ensino médio completo	0,2202	0,3857
			E5. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior	0,7242	0,0806
Qualificação profissional	0,22	0,38	E6. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta	0,2225	0,3808

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

É possível perceber quão grave é a questão do analfabetismo na região nordestina, pois, mesmo com a redução da taxa de analfabetismo nos anos recentes, tanto no âmbito nacional, quanto no âmbito regional, como divulgada pelas pesquisas brasileiras (PNAD 2003, 2012), a região Nordeste mantém a temática como um problema que afeta desfavoravelmente o nível de desenvolvimento das famílias.

Em 2012, no que diz respeito à escolaridade, 50,29% dos domicílios da amostra contavam com a presença de pelo menos um adulto com o nível fundamental completo, uma melhora em 22,96 pontos percentuais em comparação com o ano 2003, em que apenas 27,33% dos domicílios nordestinos tinham a presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo. O segundo indicador E4 (presença de pelo menos de um adulto com ensino médio completo) também contribuiu de forma positiva para a dimensão acesso ao conhecimento, em que 38,57% desses domicílios tinha ao menos um adulto com ensino médio completo em 2012 contra uma proporção de 22,02% no ano de 2003.

Porém, conforme pode ser observado na Tabela 2, o componente escolaridade foi o que apresentou pior desempenho dentro da dimensão acesso ao conhecimento, com queda de 11 pontos percentuais do seu índice no ano de 2012 em comparação ao ano de 2003, explicado pelos resultados da variável E5.

Como se observa na Tabela 6, em 2003 a porcentagem de domicílios com presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior (E5) representou 72,42%, e no ano de

2012 essa proporção fora de 8,06%, resultando em uma piora de 64,36 p.p. no índice desse indicador.

É amplamente difundido o aumento tanto na criação de novas Instituições de Ensino Superior, da oferta de vagas nessas instituições, assim como o aumento do número de alunos matriculados nas universidades brasileiras. Vários programas federais atendem essa finalidade, como por exemplo, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado pelo governo federal brasileiro em 2004, com o objetivo de conceder bolsas de estudos integrais ou parciais em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas.

A análise da distribuição regional das matrículas no ensino superior, de acordo com a Tabela 7, nos anos de 2012 e 2003 mostra que essas matrículas obtiveram incremento mais que proporcional na região Nordeste. Observa-se que esse crescimento mais acentuado nessa região foi impulsionado pelo setor de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Vale destacar que em 2003 as IES públicas lideravam as matrículas na região Nordeste, realidade oposta observada em 2012.

**Tabela 7 - Distribuição de alunos matriculados em IES brasileiras por região em 2003 e 2012**

	2003	2012	Varição %
<b>Norte</b>	230.227	404.727	75,79
Pública	129.759	180.017	38,73
Privada	100.468	224.710	123,66
<b>Nordeste</b>	624.692	1.213.519	94,26
Pública	339.536	499.721	47,18
Privada	285.153	713.798	150,32
<b>Sudeste</b>	1.918.033	2.816.086	46,82
Pública	342.851	558.899	63,02
Privada	1.575.182	2.257.187	43,30
<b>Sul</b>	745.164	941.738	26,38
Pública	209.575	328.001	56,51
Privada	535.589	613.737	14,59
<b>Centro-Oeste</b>	368.906	547.768	48,48
Pública	114.649	149.114	30,06
Privada	254.257	398.654	56,79
<b>Brasil</b>	3.887.022	5.923.838	52,40

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2003, 2012).

Dotar as famílias de meios sem garantir que elas possam efetivamente utilizá-los para a satisfação de suas necessidades não constitui uma política eficaz. Tão importante quanto assegurar que as famílias tenham acesso a esses meios é conceder-lhes a oportunidade de utilizá-los. Por exemplo, se não é dada a determinado indivíduo a oportunidade de realizar uma determinada função no qual lhe foi conferido os conhecimentos necessários para desempenhá-la. Privar os indivíduos do conhecimento é também privá-las do acesso ao mercado de trabalho.

Vale ressaltar, enfim, que mesmo com o índice de escolaridade baixo nos dois anos analisados, no ano de 2012 esta pesquisa atesta a contribuição do ensino fundamental e médio para a redução das carências das famílias nordestinas, bem como da qualificação profissional dos trabalhadores. Neste último quesito, 38% dos domicílios no Nordeste contavam com a presença de um trabalhador com qualificação média ou alta (E5). Essa proporção fora 22% em 2003, ou seja, ocorreu uma melhora no índice em 16 pontos percentuais no ano de 2012.

Quanto aos indicadores da dimensão acesso ao trabalho nos dois anos analisados, estes tiveram um resultado relativamente baixo em comparação aos indicadores das demais dimensões. Em 2003 o indicador da pobreza nordestina no que se refere ao acesso ao trabalho foi de 0,55 e em 2012 esse mesmo indicador foi de 0,57, isso significa que no ano de análise mais recente, 43% da população nordestina tem dificuldade no mercado de trabalho, em relação à ocupação, à qualidade da ocupação e ao rendimento. O indicador, no entanto, evoluiu em 3,64%, e foi melhor que o resultado para o Brasil..

Os componentes que mais contribuem para o baixo índice apresentado por essa dimensão para dois anos considerados foram o referente à remuneração do trabalho e a qualidade do posto do trabalho. O índice do componente remuneração em 2003 correspondia a 0,29 e 0,27 em 2012, ou seja, ocorreu uma queda de 2 p.p., já o índice do componente correspondente à qualidade do posto de trabalho foi de 0,44 em 2003 e 0,48 no ano de 2012, o que correspondeu a uma melhora de 9,09%.

A Tabela 8 resume os índices obtidos pelos indicadores dos componentes da dimensão acesso ao trabalho.

**Tabela 8** - Dimensão 3: indicadores dos componentes da dimensão acesso ao trabalho no IDF Nordeste, 2003 e 2012

Acesso ao trabalho	IDF da dimensão			
	Nordeste		Brasil	
	2003	2012	2003	2012
	0,55	0,57	0,67	0,67

Componente	IDF do componente		Indicadores/variáveis	IDF da variável	
	2003	2012		2003	2012
Disponibilidade de trabalho	0,93	0,95	T1. Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupada	0,8665	0,9157
			T2. Presença de pelo menos um trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual	0,9880	0,9861
Qualidade do posto de trabalho	0,44	0,48	T3. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal	0,2478	0,2999
			T4. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola	0,6346	0,6652
Remuneração	0,29	0,27	T5. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo	0,4034	0,3790
			T6. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos	0,1860	0,1531

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

Com relação aos indicadores do componente qualidade no posto de trabalho, no ano de 2003 em 24,78% dos domicílios nordestinos havia pelo menos um ocupado no setor formal e, apesar da melhora, no ano de 2012 essa proporção fora de aproximadamente 29,99% dos domicílios nordestinos e aumentou em 5,21 pontos percentuais.

A literatura sobre mercado de trabalho no Brasil (Pochman, 2006; Ramos, 2007 e Cardoso Jr, 2007) reforça a recuperação do mercado de trabalho ligada à redução da informalidade no país e aumento dos ocupados em atividades não agrícolas, confirmados nesta pesquisa. Todavia, a região nordeste mantém o problema da não formalização do trabalho, já que em apenas 30% dos domicílios nordestinos possuem pelo menos um ocupado formalizado. A remuneração do trabalho que, de modo geral, sofre também uma inflexão positiva no país após 2004, não está confirmada nesta pesquisa para a região nordeste.

Em 2003 somente 40,34% dos domicílios do Nordeste contava com pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo (T5), essa mesma proporção em 2012 foi de 37,9% desses domicílios, ou seja, reduziu-se em 2,44 pontos percentuais. O segundo indicador T6 (presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos) que forma o componente Remuneração indicou que apenas 18,6% dos domicílios nordestinos contavam com pelo menos um ocupado que tinha rendimento superior a 2 salários mínimos no ano de 2003 e para o ano de 2012 essa proporção foi de 15,31% desses domicílios. Assim, também se observa uma piora nesse indicador em menos 3,29 pontos

percentuais, o que mostra que o rendimento do trabalho ainda é um obstáculo para as famílias do Nordeste.

O destaque positivo está na disponibilidade do trabalho no Nordeste, pois aproximadamente 92% das famílias está ocupada (T1) e 98% está há mais de 6 meses na mesma ocupação (T2). A reorganização do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000, diferentemente da década de 1990, significou uma demanda de trabalho maior e redução da rotatividade no emprego, conforme discute a literatura econômica sobre o mercado de trabalho. Desse modo, esta pesquisa mostra os efeitos favoráveis no Nordeste para a absorção dos trabalhadores e tempo no trabalho.

A quarta dimensão, disponibilidade de recursos, se refere aos domicílios que se encontram acima da linha de extrema pobreza ou de indigência, da linha de pobreza e daqueles nos quais a maior parte da renda domiciliar não advém de transferências de renda.

A renda familiar *per capita* é um recurso fundamental já que grande parte das necessidades básicas de uma família pode ser satisfeita pela aquisição de bens e serviços no mercado. Ainda que a procedência dos recursos possa ser relevante para se satisfazer as necessidades de uma família, a sustentabilidade e o grau de independência dela dependem da parcela que é gerada autonomamente e da parte que é recebida como transferências de outras famílias ou do governo.

A Tabela 9 mostra os indicadores dos componentes da dimensão disponibilidade de recursos no IDF do Nordeste para os anos de 2003 e 2012. Como pode ser observado, no ano de 2003 cerca de 77,22% das famílias nordestinas possuía renda familiar *per capita* superior à linha de extrema pobreza (R1); essa proporção em 2012 fora de 83,61%, ou seja, o índice desse indicador melhorou em 8,27%. Resultado semelhante ocorreu para o indicador dos domicílios com renda superior a linha de pobreza, sendo de 51,4% das famílias da região Nordeste em 2003 com renda familiar *per capita* superior à linha de pobreza e de 58,59% desses domicílios em 2012, o que representou um incremento de 7,19 p.p..

**Tabela 9** - Dimensão 4: indicadores dos componentes da dimensão disponibilidade de recursos no IDF Nordeste, 2003 e 2012

Disponibilidade de recursos	IDF da dimensão			
	Nordeste		Brasil	
	2003	2012	2003	2012
	0,67	0,77	0,82	0,87

Componente	IDF do componente		Indicadores/variáveis	IDF da variável	
	2003	2012		2003	2012
Extrema pobreza	0,77	0,84	R1. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha da extrema pobreza	0,7722	0,8361
Pobreza	0,51	0,59	R2. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha de pobreza	0,5140	0,5859
Capacidade de geração de renda	0,73	0,87	R3. Maior parte da renda familiar não advém de transferências	0,7326	0,8749

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

Mesmo com a melhora observada dos índices dos componentes da dimensão disponibilidade de recursos, a proporção de pobres e extremamente pobres ainda é um grave problema na região Nordeste, já que 41,41% da população nordestina ainda possui rendimento familiar *per capita* inferior à linha de pobreza e 16,39% tem renda familiar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza.

Um resultado bastante expressivo foi observado para o indicador que mede a parcela da renda domiciliar que advém de transferências (R3), que mostrou que 73,26% da renda dos domicílios analisados para a amostra da região Nordeste não era originada de transferências em 2003 e de 87,49%, no ano de 2012 o que se configurou em um incremento de 19,42% desse indicador.

Verifica-se a redução da proporção de famílias nordestinas cuja maior parte da renda familiar é originada de transferências, pois 12,51% do rendimento familiar dos domicílios do Nordeste advinham de transferências em 2012 e essa proporção fora de 26,74% em 2003, isto é, a proporção das famílias nordestinas nessa situação caiu 14,23 pontos percentuais no período analisado.

Os dados mostram que os indicadores mais relevantes foram a redução da extrema pobreza e o aumento na capacidade de geração de renda. Os programas sociais de transferências de renda condicionadas mantiveram importante participação para o incremento de grau de desenvolvimento das famílias do Nordeste, porém, ao seu lado, outras fontes de renda das famílias ganharam mais espaço, especialmente associadas às aposentadorias e pensões, conforme discutem os autores Ferreira e Souza (2011), Hoffmann (2006).

O trabalho de Silva e Barros (2006) também encontrou evidências de que parte da pobreza nordestina se concentrava no acesso ao conhecimento, ao trabalho e a disponibilidade de recursos, essa última revelou resultado distinto na presente pesquisa.

#### 4.2.3 As Dimensões referentes ao Desenvolvimento Infantil, às Condições Habitacionais e ao Consumo de Bens Duráveis

Na composição do IDF para o Nordeste, as dimensões que tratam do desenvolvimento infantil, das condições habitacionais e do consumo de bens duráveis foram mais significativas para o Nordeste. O desenvolvimento infantil diz respeito ao objetivo social em garantir às crianças oportunidades para o seu completo desenvolvimento. Os indicadores estão dispostos na Tabela 10, referentes ao trabalho precoce, acesso à escola e progresso escolar.

**Tabela 10** - Dimensão 5: indicadores dos componentes da dimensão desenvolvimento infantil no IDF Nordeste, 2003 e 2012

Desenvolvimento Infantil	IDF da dimensão			
	Nordeste		Brasil	
	2003	2012	2003	2012
	0,80	0,84	0,83	0,86

Componente	IDF do componente		Indicadores/variáveis	IDF da variável	
	2003	2012		2003	2012
Trabalho precoce	0,94	0,98	D1. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando	0,9587	0,9878
			D2. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando	0,9279	0,9729
Acesso à escola	0,65	0,70	D3. Ausência de criança até 6 anos fora da escola	0,8200	0,8452
			D4. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola	0,6045	0,6685
			D5. Ausência de criança de 7-17 fora da escola	0,5277	0,5953
Progresso escolar	0,81	0,84	D6. Ausência de criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso	0,9999	0,9999
			D7. Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	0,7194	0,7617
			D8. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto	0,7194	0,7617

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

No ano de 2003 essa dimensão tinha um índice de 0,80 e em 2012 de 0,84, o que significa que foi garantida a oportunidade de pleno desenvolvimento para 84% das crianças do Nordeste em 2012, um incremento de 4 p.p. em comparação ao ano de 2003. Todos os componentes dessa dimensão apresentaram melhoras, principalmente o que diz respeito ao acesso à escola das crianças nordestinas com proporção de 70% em 2012 e de 65% em 2003, variando em 7,69% entre os dois anos em questão.

Também é possível notar uma melhora nos indicadores de todos os componentes, com destaque para os indicadores D4 (ausência de criança de 7-14 anos fora da escola) e D5 (ausência de criança de 7-17 fora da escola) do componente acesso à escola, que variaram em 6,4 e 6,76 pontos percentuais, respectivamente em 2012. A interpretação desses indicadores mostra que em 2003 60,45% dos domicílios nordestinos não tinham crianças entre 7 e 14 anos de idade fora da escola, essa proporção fora de 66,85% em 2012, e 52,77% desses domicílios não tinham crianças de 7 a 17 anos de idade fora da escola no ano de 2003 essa proporção consistia em de 59,53% dessas crianças no ano de 2012. Mesmo com maior crescimento desses dois indicadores, D4 e D5, no período analisado, esses foram os que apresentaram os menores índices em relação aos demais indicadores que compõem a dimensão desenvolvimento infantil.

Um ponto que merece destaque no sentido de compreender melhor a realidade mostrada nos índices é o impacto de programas sociais, como o Bolsa Família por exemplo, na matrícula e permanência dessas crianças na escola, bem como o seu progresso escolar. Uma vez que esse programa exige que todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade estejam devidamente matriculadas e que tenham frequência escolar mínima de 85% de carga horária ao mês, já os estudantes de 16 a 17 anos de idade devem ter frequência de carga horária mensal de no mínimo 75%.

Outro destaque favorável é o que se refere ao trabalho precoce, o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) visa à retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, isto é, qualquer trabalho que ponha em risco a saúde e a segurança desses jovens e adolescentes. Esse programa pode ser apontado como um dos principais responsáveis pelo bom desempenho desse componente. Porém, 1,22% das crianças do Nordeste com menos de 14 anos ainda trabalhavam e 2,71% das crianças nordestinas com menos de 16 anos também trabalhavam em 2012.

A sexta dimensão trata das condições habitacionais dos domicílios. Por ter uma íntima relação com as condições de saúde, mensuradas, sobretudo, pelos indicadores dos componentes acesso a saneamento básico e acesso à coleta de lixo domiciliar, essa dimensão pode ser considerada como sendo uma das mais importantes em captar as condições de vida de uma família.

A Tabela 11 apresenta os IDFs da dimensão das condições habitacionais, de seus componentes e indicadores para os anos de 2003 e 2012.

**Tabela 11** - Dimensão 6: indicadores dos componentes da dimensão condições habitacionais no IDF Nordeste, 2003 e 2012

Condições habitacionais	IDF da dimensão			
	Nordeste		Brasil	
	2003	2012	2003	2012
	0,84	0,87	0,89	0,91

Componente	IDF do componente		Indicadores/variáveis	IDF da variável	
	2003	2012		2003	2012
Propriedade	0,82	0,80	H1. Domicílio próprio	0,7688	0,7694
			H2. Domicílio próprio ou cedido	0,8769	0,8404
Déficit habitacional	0,72	0,83	H3. Densidade de até dois moradores por dormitório	0,7188	0,8303
Abrigabilidade	0,94	0,97	H4. Material de construção permanente	0,9354	0,9687
Acesso a abastecimento de água	0,99	0,87	H5. Acesso adequado à água	0,9961	0,8698
Acesso à energia elétrica	0,92	0,99	H6. Acesso à eletricidade	0,9168	0,9913
Acesso a saneamento	0,78	0,86	H7. Esgotamento sanitário adequado	0,5373	0,6660
			H8. Presença de banheiro no domicílio ou na propriedade	0,8215	0,9301
			H9. Uso do banheiro ou sanitário é destinado exclusivamente ao domicílio	0,9856	0,9940
Acesso à coleta de lixo	0,70	0,77	H10. Lixo é coletado	0,7009	0,7662

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

Os índices para essa dimensão em 2003 e 2012 foram de 0,84 e 0,87, respectivamente, apresentando uma evolução de 3,57%, em termos de pontos percentuais essa melhoria foi de 3 p.p.. Esses resultados significam que 84% das famílias do Nordeste em 2003 e 87% das famílias em 2012 tinham condições de vida adequadas.

Os componentes que tiveram maior impacto nesse bom resultado foram o de déficit habitacional, que melhorou em 15,28% no ano de 2012 e o de acesso a saneamento que também obteve melhora em 10,26% no mesmo período, ou seja, em 2012 contava-se com 10,26% domicílios a mais com acesso a serviços de esgotamento sanitário no Nordeste.

Os componentes que apresentaram pior evolução foram os relativos ao abastecimento de água, cujo resultado mostra que 99% das famílias do Nordeste tinham acesso adequado ao abastecimento de água em 2003, e essa proporção foi de 87% em 2012, ou seja, houve uma piora do índice desse componente em 12 p.p.. Outra piora observada para essa dimensão foi para o componente propriedade que apresentou índice de 0,82 em 2003 e 0,80 em 2012, ou seja, o índice desse componente foi reduzido em 2 p.p.. Esse resultado mostrou que em 2012 menos famílias do Nordeste deixaram de ter propriedade sobre os seus domicílios.

O indicador H1 (domicílio próprio) apresentou um índice de 0,7688 em 2003, o que significou que 76,88% das famílias do Nordeste têm a propriedade de seus domicílios, esse mesmo índice em 2012 fora de 0,7694. O indicador H2 (domicílio próprio ou cedido) apresentou um índice de 0,8769 em 2003, em 2012 esse índice fora de 0,8404 em 2012, o que denotou que 84,04% possuíam domicílio próprio ou cedido, no período analisado esse indicador piorou em 3,65 pontos percentuais, sendo o índice do indicador H2 o maior responsável pelo decréscimo no índice do componente Propriedade em 2012.

No que diz respeito ao acesso adequado ao abastecimento de água, 99,61% das famílias nordestinas tinham acesso adequado à água no ano de em 2003, em 2012 esse percentual correspondeu a 86,98% das famílias nordestinas contavam com acesso adequado à água, isto é, ocorreu uma piora desse indicador em 12,63 pontos percentuais em 2012. Outro ponto que merece destaque foi que o índice apresentado pelo indicador H7 (esgotamento sanitário adequado) do componente acesso ao saneamento foi o menor em relação a todos os demais indicadores que compõem a dimensão condições habitacionais nos dois anos analisados, 2003 e 2012. Isso significa que no ano de 2003 apenas 53,73% das famílias dessa região tinham acesso a serviços de esgotamento sanitário e em 2012 em apenas 66,60% das famílias da região Nordeste esse acesso.

A sétima dimensão faz referência ao consumo de bens duráveis, como fogão e geladeira, pelas famílias nordestinas nos anos analisados, 2012 e 2003.

Segundo mostra a Tabela 12, essa dimensão apresentou um aumento em 14 p.p., com uma proporção de 81% em 2003 e de 95% em 2012. É possível observar que o consumo de geladeira pelas famílias do Nordeste em 2012 aumentou em 34,78%. No ano de 2003 63% dos domicílios nordestinos possuíam geladeira, ao passo que, em 2012 esse percentual foi de 93% desses domicílios.

A Tabela 12 ainda mostra que o indicador C1 (o domicílio possui fogão) da dimensão acesso a fogão, apresentou um índice de 0,9748 em 2012, ou seja, 97,48% das famílias nordestina tinham fogão em suas residências. Isso representou uma melhora de 4,17 pontos percentuais para esse indicador em relação ao ano de 2003 no qual esse índice foi de 0,9331, isto é, 93,31% das famílias nordestina contavam com fogão em suas residências. Ocorreu um crescimento mais acentuado no indicador do componente acesso à geladeira, C2, em 2003 69,03% dos domicílios da região Nordeste possuíam geladeira, essa mesma proporção em 2012 representou 93,10% desses domicílios, isto é, houve uma melhora em 24,07 pontos percentuais no índice desse indicador em 2012. O consumo de bens duráveis contribuiu para a redução da pobreza nordestina.

**Tabela 12** - Dimensão 7: indicadores dos componentes da dimensão consumo de bens duráveis no IDF Nordeste, 2003 e 2012

Consumo de bens duráveis	IDF da dimensão			
	Nordeste		Brasil	
	2003	2012	2003	2012
	0,81	0,95	0,92	0,98

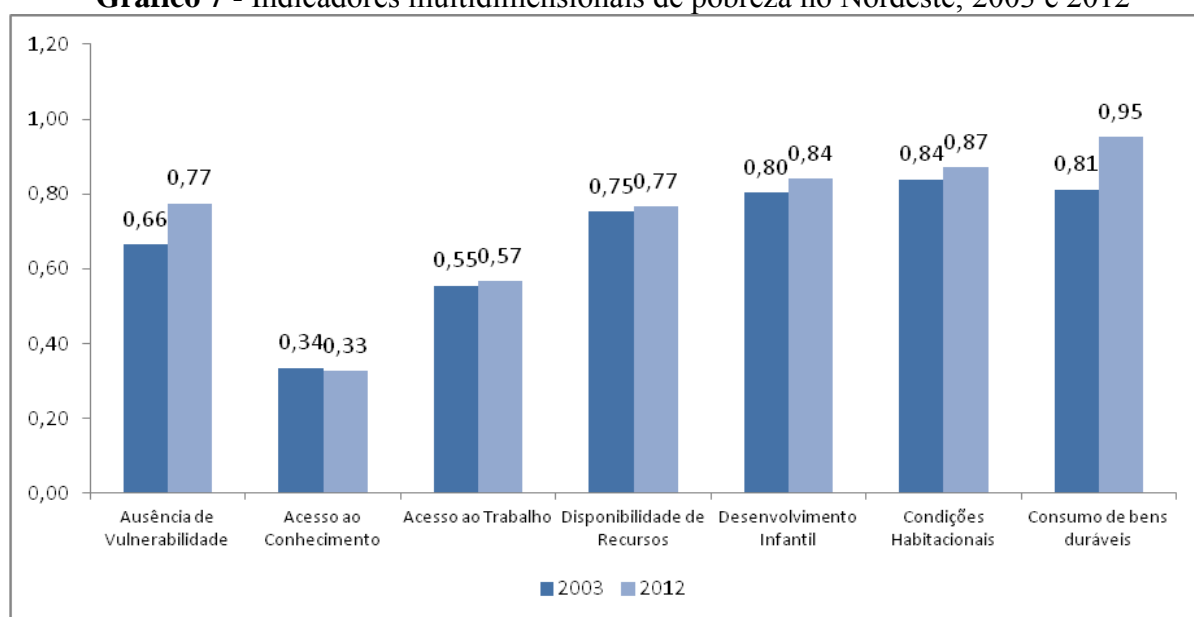
Componente	IDF do componente		Indicadores/variáveis	IDF da variável	
	2003	2012		2003	2012
Acesso a fogão	0,93	0,97	C1. O domicílio possui fogão	0,9331	0,9748
Acesso à geladeira	0,69	0,93	C2. O domicílio possui geladeira	0,6903	0,9310

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

Os bons resultados encontrados nas dimensões condições habitacionais e consumo de bens duráveis, foram diferentes das evidências achadas em Caldas e Sampaio (2012), onde foram encontrados problemas em relação ao consumo e à habitação. Alencar (2012) também obtém evidências favoráveis para as dimensões desenvolvimento infantil e condições habitacionais, utilizadas no cálculo do IDF nordestino para os anos de 2001 e 2009.

O Gráfico 7 esboça a evolução do indicador multidimensional de pobreza calculado para a região Nordeste nos anos de 2003 e 2012 para cada uma das sete dimensões. Observa-se que no geral, para cinco de suas sete dimensões, a pobreza nordestina sofreu redução.

**Gráfico 7** - Indicadores multidimensionais de pobreza no Nordeste, 2003 e 2012



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

Os maiores avanços na região Nordeste e que contribuíram para a redução da pobreza no período analisado estão relacionados com as dimensões de ausência de vulnerabilidade, a

de consumo de bens duráveis e a de disponibilidade de recursos. No entanto, o acesso ao conhecimento notadamente foi a que apresentou maior vulnerabilidade para a região, tanto em 2003 como em 2012, seguida do acesso ao trabalho.

A Tabela 13 mostra os resultados obtidos do grau de desenvolvimento dos domicílios pelos indicadores multidimensionais de pobreza para os estados do Nordeste com base nos dados da PNAD de 2003 e 2012.

**Tabela 13** - Índice de desenvolvimento familiar para os estados do Nordeste, 2003 e 2012

<b>Estados</b>	<b>2003</b>	<b>2012</b>	<b>Variação (%)</b>
Brasil	0,74	0,78	5,41
Nordeste	0,68	0,73	7,35
Maranhão	0,65	0,69	5,89
Piauí	0,64	0,72	11,55
Ceará	0,67	0,73	7,67
Rio Grande do Norte	0,70	0,75	7,54
Paraíba	0,69	0,74	7,60
Pernambuco	0,67	0,74	10,24
Alagoas	0,66	0,72	8,95
Sergipe	0,72	0,74	3,85
Bahia	0,68	0,73	7,71

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003 e 2012).

No ano de 2012 o estado do Nordeste que apresentou o melhor indicador foi o do Rio Grande do Norte, e mesmo tendo apresentado o maior indicador de desenvolvimento para o Nordeste esse resultado ficou 2,35% aquém da média para o Brasil no ano em questão. No mesmo período o estado que obteve o pior índice de desenvolvimento familiar foi o do Maranhão.

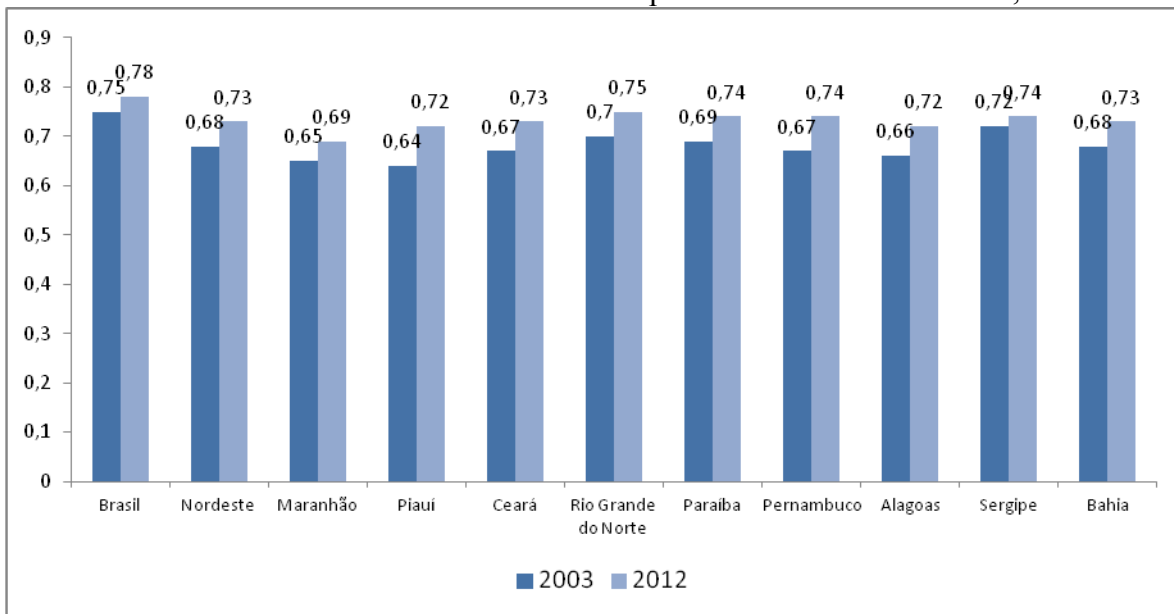
Já para o ano de 2003, o estado de Sergipe apresentou o melhor indicador de desenvolvimento e o estado do Piauí o pior indicador nesse mesmo ano. Apesar do estado de Sergipe ter revelado o maior indicador de desenvolvimento familiar do Nordeste ainda foi inferior em 4,87% comparado ao índice para o Brasil.

Com relação à variação total entre os dois anos analisados, 2003 e 2012, o estado nordestino que obteve um melhor desempenho foi o do Piauí, cujo IDF variou em 11,55% e o estado com pior desempenho na variação geral do indicador de desenvolvimento familiar foi o do estado de Sergipe(3,84%) seguido do estado do Maranhão (5,89%). Esses resultados indicam a necessidade de implementação de políticas públicas que visem melhorar os elementos multidimensionais da pobreza na região Nordeste do Brasil.

No Gráfico 8, pode-se melhor visualizar os resultados obtidos do grau de desenvolvimento dos domicílios nos anos de 2003 e 2012 através dos índices de

desenvolvimento familiar para os estados do Nordeste comparados com índices alcançados pelo Brasil no mesmo período.

**Gráfico 8** - Índice de desenvolvimento familiar para os Estados do Nordeste, 2003 e 2012



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2003, 2012).

É importante perceber que o indicador multidimensional de pobreza para os nove estados da região Nordeste cresceram menos que o mesmo índice para o Brasil nos dois anos estudados.

Os cálculos e análises realizadas neste trabalho exprimem a relevância da medida da pobreza nordestina sob o aspecto multidimensional. Os ganhos em relação ao desenvolvimento familiar do ponto de vista exclusivamente da renda *per capita* foram maiores do que os relacionados às outras dimensões da pobreza. O índice de pobreza restrito à renda, unidimensional, cresceu (melhorou) 15,69% no período, enquanto o índice sintético global, que inclui as 7 dimensões da pobreza aumentou (melhorou) em 7,35% (Tabela 2).

Esse resultado reforça ainda mais a importância de se tentar compreender e analisar a pobreza sob um ponto de vista multidimensional, pois, em conformidade com a metodologia empregada nesta pesquisa, e apesar de se concordar que os recursos monetários são importantes para a redução da pobreza, eles por si só, como acreditam os defensores da abordagem unidimensional da pobreza, não são capazes de garantir aos indivíduos a não privação de suas liberdades.

## CONCLUSÕES

A presente pesquisa buscou analisar as evidências da pobreza nordestina por meio da construção de indicadores multidimensionais de pobreza, tomando por base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) nos anos de 2003 e 2012. Desse modo, foi calculado o indicador sintético de pobreza multidimensional para a região Nordeste e analisadas cada uma das dimensões que o compõe, quais sejam, ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil, condições habitacionais e consumo de bens duráveis.

A redução da pobreza no Brasil e no Nordeste após 2003 está documentada na literatura, discutidas no capítulo 1 e 2, especialmente naquela relacionada à abordagem unidimensional. Neste trabalho, a desagregação do grau de desenvolvimento das famílias segundo as sete dimensões permite enriquecer o conhecimento e a magnitude desse fenômeno.

Comparadas ao Brasil, todas as dimensões da pobreza foram problemáticas para o Nordeste e tiveram seus índices inferiores em relação aos índices das dimensões obtidos pelo Brasil para os dois anos, 2003 e 2012, apesar do bom desempenho no período, sumarizado a seguir.

Os resultados obtidos nesta pesquisa mostram uma sensível diminuição na pobreza multidimensional do Nordeste, cujo indicador sintético de pobreza multidimensional para o período de nove anos melhorou em 5 p. p., enquanto o mesmo indicador para o Brasil sofreu melhora de 4 pontos percentuais no mesmo intervalo de tempo. Outro resultado importante revela uma redução na distância do indicador de pobreza multidimensional nacional 0,78 (2012) frente à média nordestina 0,73 (2012), o que significou uma diferença de 5 p.p., essa distância entre os mesmos indicadores era de 6 p.p. em 2003. Tais resultados revelaram que a despeito do menor desenvolvimento das famílias residentes na região Nordeste, em relação às famílias brasileiras como um todo, há um processo mais favorável em direção às primeiras.

Houve uma sensível melhora na evolução da região Nordeste de 2003 para 2012, principalmente em relação à disponibilidade de recursos e acesso aos bens duráveis que superaram esses resultados para o país.

A vulnerabilidade familiar medida pela fecundidade, dependência econômica, presença da mãe no domicílio, e outras, evoluíram de forma importante, na mesma magnitude para a região Nordeste e para o Brasil em 11 e 10 p.p.

No entanto, a evolução do acesso à educação, medida na dimensão acesso ao conhecimento, mostrou piora no índice em -2,94% no ano de 2012 em relação ao ano de 2003.

O cálculo do IDF para a região permitiu afirmar que as maiores diferenças entre os níveis de desenvolvimento dos domicílios do Brasil e do Nordeste encontram-se no acesso ao trabalho, na disponibilidade de recursos e no consumo de bens duráveis; em 2012, tais diferenças se reproduzem, com exceção da melhoria da situação nordestina em relação ao acesso aos bens duráveis.

O indicador da dimensão acesso ao trabalho em 2003 foi de 0,55, e no ano de 2012, esse mesmo indicador foi de 0,57, no entanto, o índice dessa dimensão evoluiu em 2 p.p., sendo melhor que o resultado do desempenho obtido para o Brasil. Os componentes que mais contribuem para o índice relativamente baixo apresentado por essa dimensão para dois anos considerados foram o referente à remuneração do trabalho e a qualidade do posto do trabalho. O índice do componente remuneração em 2003 piorou em 2 p.p., já o índice do componente correspondente à qualidade do posto de trabalho obteve uma melhora de 4 p.p..

A dimensão disponibilidade de recursos também evoluiu no período analisado, passando de 0,67 no ano de 2003 para 0,77 em 2012. A redução da extrema pobreza e o aumento na capacidade de geração de renda foram os componentes mais relevantes para bom desempenho dessa dimensão.

Já o principal responsável pela ótima trajetória da dimensão consumo de bens duráveis no ano de 2012, foi o componente de acesso à geladeira que melhorou o seu índice em 24 p.p.

No que se refere às condições habitacionais, ao desenvolvimento infantil, a ausência de vulnerabilidade e ao acesso ao conhecimento, esses se mostraram ser aspectos nos quais as diferenças nos índices de pobreza entre o Brasil como um todo e a região Nordeste são menos pronunciadas. Nos três primeiros aspectos os indicadores são favoráveis, mas em relação à educação o país e principalmente a região Nordeste padecem de problemas histórico-estruturais não resolvidos.

Todos os componentes relativos às condições habitacionais evoluíram de 2003 para 2012, com exceção dos componentes relativos à propriedade e o acesso ao abastecimento de água dessa dimensão.

Quanto ao desempenho dos componentes da dimensão de ausência de vulnerabilidade, observou-se uma diminuição no desenvolvimento familiar relacionado à atenção e aos cuidados especiais com idosos que teve seu índice reduzido em 3 p.p. no ano de 2012. O

componente dessa dimensão com melhor desempenho apresentado em 2012 foi o de fecundidade com variação de 46 p.p.

Os componentes que tratam do desenvolvimento infantil apresentaram ótimo desempenho em 2012, principalmente componente que se refere ao acesso à escola que apresentou melhora no seu índice em 5 p.p.

Com respeito à dimensão acesso ao conhecimento, apesar de se obter um índice de escolaridade baixo nos dois anos analisados, no ano de 2012 observou-se a contribuição do ensino fundamental e médio para a redução das carências das famílias nordestinas, bem como da qualificação profissional dos trabalhadores. Neste último quesito, 38% dos domicílios no Nordeste contavam com a presença de um trabalhador com qualificação média ou alta (E5). Essa proporção fora 22% em 2003, ou seja, ocorreu uma melhora no índice em 16 p.p. no ano de 2012.

Além disso, calculou-se o indicador do desenvolvimento para os domicílios de cada um dos nove estados nordestinos, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, com o intuito de analisar e comparar a vulnerabilidade da pobreza em termos intrarregionais do período.

Do ponto de vista intrarregional os estados do Piauí, Pernambuco e Alagoas obtiveram os maiores progressos dos indicadores multidimensionais de pobreza em termos percentuais se comparados à média nordestina em 2012 com relação ao ano de 2003, com um incremento de 11,55%, 10,24% e 8,95%, respectivamente. Os estados de Sergipe e do Maranhão apresentaram o menor crescimento no período de tempo analisado, com 3,85% e 5,89%, concomitantemente.

De modo geral, os ganhos em relação ao desenvolvimento familiar do ponto de vista exclusivamente da renda *per capita* foram maiores do que os relacionados às outras dimensões da pobreza. Esse resultado reforçou ainda mais a relevância da análise da pobreza sob um ponto de vista multidimensional, pois, a abordagem unidimensional da pobreza, não é capaz de garantir aos indivíduos a não privação de suas liberdades.

Por fim, esta investigação revela que trabalho e renda na região Nordeste são temas que exigem mais atenção do poder público, pois a distância verificada no índice de pobreza em relação ao Brasil é significativa, o que exige novas pesquisas direcionadas a essas dimensões.

Sugere-se também para trabalhos futuros, o aprofundamento dos estudos sobre as divergências espaciais no que se referem ao urbano/rural e regiões metropolitanas e não metropolitanas no Nordeste do país.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcela Ribeiro de. **Pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná: 1995 e 2009**. 2011. 68 fls. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011. Disponível em: <<http://www.pce.uem.br/a61c5fe0b5ad530498ab647089eb5884/producao/716807eb6e6147af6d538de33314217d.pdf>>. Acesso em jul. 2012.

ALENCAR, P. L. A. DE. **Pobreza Multidimensional no Nordeste Brasileiro: uma análise do período 2001 a 2009**. In: Anais do I EPECON, Recife – PE, 2012.

ARAÚJO, J. A.; TABOSA, F. J. S.; MORAIS, G. S. **Pobreza Multidimensional no Nordeste do Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 11, 2013, Foz do Iguaçu – PR. **Anais...**

ASSELIN, L.M. Composite Indicator of Multidimensional Poverty. **CECI**, Junho 2002. Disponível em: <<http://www.pep-net.org/fileadmin/medias/pdf/Multi-Dim-Pov-Doc.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

AZEVEDO, J. P. **Avaliando a significância estatística da queda da desigualdade no Brasil**. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Organizadores). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente (volume 1)**. Rio de Janeiro. IPEA, 2007.

BANGOLIN, I. P.; ÁVILA, R.; P. **Poverty distribution among the brasilian states: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 34, 2006, Salvador – BA. **Anais...**

BARROS, R. P.; CARVAVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza Multidimensional no Brasil**. In: Texto para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, n. 1227, out. 2006.

\_\_\_\_\_. **O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. In: Texto para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, n. 986, out. 2003.

\_\_\_\_\_. **O Impacto do Crescimento Econômico e de Reduções no grau de Desigualdade sobre a Pobreza**. In: Texto para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, n. 528, nov. 1997.

\_\_\_\_\_. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas: 1960/90. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 25, nº 1, p. 115-164; 1995a.

\_\_\_\_\_. Os determinantes da desigualdade no Brasil. In: Texto para Discussão. Brasília: IPEA, n. 377, 1995b.

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA. 24 p. (Texto para discussão, n. 800). 2001.

BARROS, R. P.; MACHADO, A. F.; MENDONÇA, R. A. **Desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero**. Rio de Janeiro: IPEA. 40 p. (Texto para discussão, nº 453). 1997

BARROS, F. F. R. **Análise da pobreza unidimensional e multidimensional no Nordeste do Brasil em 2009 e 2012**. Fortaleza-CE, 2014. Disponível em: <[http://www.teses.ufc.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=11706](http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11706)> Acesso em abr. 2014.

BARROSO, M. V.; SALVATO, M. A.; MATIAS, J. S. Análise Multidimensional da Pobreza no Nordeste Brasileiro. In: Encontro da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 40, 2012, Porto de Galinhas – PE. **Anais...**

BOUGUINON, F.; CHAKRAVARTY, S. R. The mensuarement of multidimensional poverty. **Journal of Economic Inequality** 1: 25-49. 2003.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. p. 13563. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. Lei no 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 150, n. 150, 6 ago. 2013a. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2014.

CALDAS, R. M.; SAMPAIO, Y. S. B. **Pobreza no Nordeste Brasileiro: Uma Análise Multidimensional**. In: Fórum BNB de Desenvolvimento 2012, Fortaleza, 2012.

CARDOSO Jr, C. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições de sua sustentabilidade temporal. Brasília: IPEA. Texto para discussão, nº 1310). 2007.

CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, abr. (Texto para discussão, n. 1332). 2008.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. ERA- eletrônica. São Paulo, v. 1, n. 2, jul-dez/ 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>. Acesso em 15 mar. 2014.

DINIZ, B. M.; DINIZ, M. M. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. **Economia Aplicada**. Vol. 13, nº 3, 2009.

DUCLOS, J.Y.; ARAAR, A. **Economic Studies in Inequality Social Exclusion and Well-Being**. In: DUCLOS, J.Y.; ARAAR, A. **Poverty and Equity: Measurement, Policy and Estimation With Dad**. [S.l.]: Springer e International Development Research Centre, v. 2. Cap. 1, p. 3-18. 2006.

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. **Contribuição das parcelas do rendimento domiciliar per capita na distribuição da renda das macro-regiões brasileiras: 1981 a 2009**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 9, 2011, Natal. **Anais...**

FILDS, G. S. **Distribution and Development**: a new look at the developing world. New York: Russel Sage Foundation, 2001.

GAFAR, J. Growth, inequality and poverty in selected Caribbean and Latin America countries, with emphasis on Guyana. **Journal of Latin America Studies**, Cambridge University Press, v. 30, p. 591-617, 1998.

HOFFMANN, R. Medidas de pobreza. In: \_\_\_\_\_. **Estatística para Economistas**. 4ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. p. 375-401.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: Henriques, R. O. (Ed.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 81-107. 2000.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997-2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, UFF, v. 8, n. 1, p. 55-81, 2006.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda** – Medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 275p. 1998.

HOFFMANN, R. **A subdeclaração dos rendimentos**. São Paulo em Perspectiva, 2(1): 50-4. São Paulo, Seade, 1988.

HOFFMANN, R. KAGEYAMA, A. Distribuição de renda no Brasil, entre famílias e entre pessoas, em 1970 e 1980. **Estudos Econômicos**, 16(1): 25-51, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 15 nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 15 nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 10 jul. 2013.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE (IETS). **Pobreza e Indigência**. Disponível em: <http://www.iets.org.br/dado/pobreza-e-indigencia>. Acesso em 20 nov. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA/IPEADATA). **Social**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 20 mar. 2014

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil**: uma perspectiva multidimensional. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

LADERCHI, C. R.; SAITH, R.; STEWART, F. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. **QEH Working Paper Series – QEHWPS107**. University of Oxford, 2003.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. **Análise de Pobreza com Indicadores Multidimensionais**: Uma aplicação para o Brasil e Minas Gerais. In: Revista de Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.125-152, 2005.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. **Indicador de pobreza**: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. Texto para Discussão n. 223, 15p. CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte. 2003.

NEDER, H. D. Um Estudo sobre a Pobreza Rural com Abordagem Multivariada. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco – AC. **Anais...**

OTTONELLI, Janaina. **Pobreza Multidimensional na Região Nordeste**: Uma Aplicação da Teoria dos Conjuntos *Fuzzy* (em 2010). 2013. 127 fls. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: < [http://bdtd.bczm.ufrn.br/tde\\_arquivos/15/TDE-2013-08-12T200923Z-5454/Publico/JanainaO\\_DISSERT.pdf](http://bdtd.bczm.ufrn.br/tde_arquivos/15/TDE-2013-08-12T200923Z-5454/Publico/JanainaO_DISSERT.pdf) > Acesso em out. 2013.

POCHMANN, M. **O trabalho sob o fogo cruzado**. São Paulo, Contexto, 1999.

POCHMANN, M. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? **Revista Parcerias Estratégicas**, CGEE, n. 22, jun. 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano**. New York: PNUD, 1997. Disponível em: <http://www.undp.org/>. Acesso em: 04 abr. 2014.

QUINTELA, M. D.; ALVES, J. E. D.; SILVA, D. B. N. **A Pobreza no Nordeste Brasileiro em 2000 e 2010**: uma Aplicação do índice de Pobreza Multidimensional PNUD/ONU. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 11, 2013, Foz do Iguaçu. **Anais...**

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro**: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. Rio de Janeiro: IPEA, jan. de 2007.

RAVALLION, M. **Poverty Comparisons**: A Guide to Concepts and Methods. Washington, DC. The World Bank. (LMMS Working Paper, n. 88). 1992.

RAVALLION, M. Poverty Comparisons in Theory and Practise. Washington, DC. The World Bank. (LMMS Working Paper, n. 133). 1998.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil. A Evolução de Longo Prazo (1970-2011). Rio de Janeiro: XXV Fórum Nacional, 2012.

\_\_\_\_\_. **Linhas de Pobreza e de Indigência** – 1985-2008. Rio de Janeiro: IETS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pobreza no Brasil, afinal do que se trata?** Rio de Janeiro: FGV. 3ª ed. 2006.

\_\_\_\_\_. **Pobreza no Nordeste**: A década de 1990 vista de perto. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 7-41, jan./mar. 2003.

\_\_\_\_\_. **Pobreza no Brasil, afinal do que se trata?** Rio de Janeiro: FGV. 244 p. 2003.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade regional e pobreza no Brasil**: a evolução, 1981/95. Brasília – DF. IPEA. 27 P. (Texto para discussão, n. 567). 1998.

\_\_\_\_\_. Pobreza no Brasil: parâmetros básicos e resultados empíricos. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 22, p. 541-560, dez. 1992.

ROWNTREE, B. S. **Poverty**: a study of town life. London: MacMillan, 1901.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV. 208 p. 2007.

SEN, A. K. **Desenvolvimento e Liberdade**. Lisboa: Gradiva, 2003.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Resources, values and development**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

\_\_\_\_\_. Development: which way now? **The Economic Journal**, v. 93, 1983.

\_\_\_\_\_. Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometrica*, v. 44, nº 2, p. 219-231, 1976.

SILVA, G. L. J. **A Lei dos Pobres 1601**: Primeira Lei Assistencialista e Política de Bem Estar Social, Dez. 2012. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acesso em: 12 de jun. 2014.

SILVA, A. M. R. ; NEDER, H. D. **Abordagem das capacitações**: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: CONFERÊNCIA LATINO AMERICANA E CARIBENHA SOBRE ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 3, 2010, Porto Alegre. **Anais...**

SILVA, A. M. R. **Um Estudo Sobre Pobreza Multidimensional na Região Nordeste do Brasil**. Uberlândia, 2009.

SILVA, M. C. P.; BARROS, R. P. Pobreza multidimensional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 34, 2006. **Anais...**